1

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

065/2024

Protocolo: 3406/2024

***Objeto:* "Contratação de cronometragem, direção de prova e comissários para a Etapa do Campeonato Paranaense de Velocross 2024."**

Prefeitura Municipal de Piên - Rua Amazonas, 373 - Centro - Cep: 83860-000 – Telefone 41- 3632-1136

Tramitação de Processo

PIÊN PREFEITURA

Processo: **3406/2024** Data: **11/06/2024 15:42** Situação: **Encaminhado**

Requerente: **Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer** Documento:

Contato: **Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer - Tel: 4136321457 - cultura@pien.pr.gov.br**

Assunto: **Protocolo Geral**

Equiplano

Descrição: Etapa Paranaense de Velocross 2024

2

Ocorrência: 1 Data: 11/06/2024 15:42:26 Previsão: 16/06/2024

De: Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco Para: ADRIANA DE FATIMA FRAGOSO BUENO FRANCO

Fase/Etapa: Geral/Abertura Confirmação: OK

Descrição: Abertura do processo

ANEXOS/ASSINATURAS

Anexo	Descrição	Assinatura	Assinado em
Requerimento.pdf	Requerimento Etapa Paranaense de		
TERMO DE REFERÊNCIA.pdf	Termo de referência Etapa Paranaense		
ATA ELEIÇÃO FPRM 2021.pdf	ATA eleição		
Certidão de falência e concordata.pdf	CDN Falência		
CHECK LIST VELOCROSS 2023 - 47 mil.pdf	Orçamento		
CND Estadual 2024.pdf	CDN Estadual		
CND Federal 2024.pdf	CND Federal		
CND Municipal 2024.pdf	CND Municipal		
CND Trabalhista 2024.pdf	CND Trabalhista		
ESTATUTO FPRM - Reg 2024.pdf	Estatuto Federação		
Excluvidade CBM - assinatura digital.pdf	Carta de Exclusividade		
FGTS val 27.06.24.pdf	FGTS		
GILBERTO RG E CPF..pdf	RG e CPF Gilberto		

Ocorrência: 2 Data: 11/06/2024 15:43:17 Previsão: 06/07/2024

De: Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco Para: EDUARDO DUARTE SCHEIVARASKI

Fase/Etapa: Geral/Encaminhar Confirmação: não

Descrição: Etapa Paranaense de Velocross 2024

Autenticidade: TM4X4S7CJ2XMHQ2Q7 - Validação pelo link: http://pienprscp.equiplano.com.br:5355/tramitacaoProcesso/#/consulta-anexo-assinado/entidade/355 - Impresso por Daniele Cieslinsky em 12/06/2024 11:32:12

Rua Amazonas, 256
Centro, Piên - PR
83.860-000
(41) 3632-1457

3

Órgão requisitante:	SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E LAZER
Nº requerimento:	010/2024
Data:	11/06/2024

Descrição do objeto a ser contratado:

Contratação Pessoa Jurídica, especializada em secretaria de prova, cronometragem, direção de prova e comissários para a Etapa do Campeonato Paranaense de Velocross 2024, a realizar-se nos dias 28–29 e 30/06/2024, conforme legislação da Federação Paranaense de Motociclismo e calendário do campeonato.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	Serviços em secretaria de prova, cronometragem, direção de prova e comissários para a Etapa do Campeonato Paranaense de Velocross 2024.		01

Justificativa:

A Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer solicita a contratação Pessoa Jurídica para realizar serviços especializados de secretaria de prova, cronometragem, direção de prova e comissários para a Etapa do Campeonato Paranaense de Velocross 2024, cuja realização se dará nos dias 28-29 e 30 de junho de 2024, conforme legislação da Federação Paranaense de Motociclismo.

A realização da etapa do Campeonato Paranaense de Velocross faz parte de uma das ações da Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer visando fomentar a prática do esporte que é praticado e apreciado por muitos atletas do município, bem como, em razão de que, por tratar-se de uma competição a nível estadual, tal evento atrai grande número de público, o que é bastante importante para a economia do nosso Município gerando também renda e oportunidade de trabalho para os munícipes.

A escolha da Federação Paranaense de Motociclismo, se dá em razão desta ser única Entidade, credenciada para dirigir, coordenar, planificar, autorizar e supervisionar as atividades desta modalidade de motociclismo no Estado do Paraná.

Conforme prevê Lei 14.133/21:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
II – Contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública

Rua Amazonas, 256
Centro, Piên - PR
83.860-000
(41) 3632-1457

Compra/Contratação é para atendimento de ordem judicial? ( ) Sim (X) Não
Dotação Orçamentária: 09.002.27.812.0011.2025. 3.3.90.39.00.00
Recurso **( ) Federal** **( ) Estadual** **(X) Próprio**
Local de entrega/prestação ou execução do serviço/obra: Parque de Eventos Municipal Eduardo Rudnick, no bairro Avencal – Piên PR.
Horários: Das 17:hs do dia 28/06/24 até às 19:00 horas do dia 30/06/24.
Prazo para entrega/prestação ou execução do serviço/obra: Serviço a ser executado á partir das 17:hs do dia 28/06/24 até às 19:00 horas do dia 30/06/24.
Responsável por recebimento e fiscalização da execução do objeto: ALEXANDRA APARECIDA DA CRUZ LAURINDO – Assessor de área III - Cultura – Matrícula 4765897.

Alexandra Ap C. Laurindo

ALEXANDRA APARECIDA DA CRUZ LAURINDO
Assessor de área III – Cultura
Matrícula 4765897

Adriana Z Franco

Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco
SECRETÁRIA DE ESPORTE, CULTURA E LAZER

TERMO DE REFERÊNCIA

SÚMARIO

5

1. **Objeto**
2. **Especificações**
3. **Justificativa**
4. **Fonte Orçamentária**
5. **Documentos de Habilitação Técnica**
6. **Local de entrega**
7. **Recebimento e Critério de aceitação**
8. **Acompanhamento e Fiscalização**
9. **Obrigações da contratada**
10. **Obrigações da Contratante**
11. **Legislação Aplicada**
12. **Vigência**
13. **Fontes de Pesquisa**

1. OBJETO

1.1. Contratação Pessoa Jurídica, especializada em secretaria de prova, cronometragem, direção de prova e comissários para a Etapa do Campeonato Paranaense de Velocross 2024, a realizar-se nos dias 28–29 e 30/06/2024, conforme legislação da Federação Paranaense de Motociclismo e calendário do campeonato.

2. ESPECIFICAÇÕES

2.1. As especificações do objeto estão estabelecidas abaixo:

Descrição do objeto a ser contratado:
Contratação Pessoa Jurídica, especializada em secretaria de prova, cronometragem, direção de prova e comissários para a Etapa do Campeonato Paranaense de Velocross 2024, a realizar-se nos dias 28–29 e 30/06/2024, conforme legislação da Federação Paranaense de Motociclismo e calendário do campeonato.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	Serviços de secretaria de prova, cronometragem, direção de prova e comissários para a Etapa do Campeonato Paranaense de Velocross 2024		01

3. JUSTIFICATIVA

3.1.

A Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer solicita a contratação Pessoa Jurídica para realizar serviços especializados de secretaria de prova, cronometragem, direção de prova e comissários para a Etapa do Campeonato Paranaense de Velocross 2024, cuja realização se dará nos dias 28-29 e 30 de junho de 2024, conforme legislação da Federação Paranaense de Motociclismo.

A realização da etapa do Campeonato Paranaense de Velocross faz parte de uma das ações da Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer visando fomentar a prática do esporte que é praticado e apreciado por muitos atletas do município, bem como, em razão de que, por tratar-se de uma competição a nível estadual, tal evento atrai grande número de público, o que é bastante importante para a economia do nosso Município gerando também renda e oportunidade de trabalho para os munícipes.

A escolha da Federação Paranaense de Motociclismo, se dá em razão desta ser única Entidade, credenciada para dirigir, coordenar, planificar, autorizar e supervisionar as atividades desta modalidade de motociclismo no Estado do Paraná.

Conforme prevê Lei 14.133/21:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
II – Contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública

4. FONTE ORÇAMENTARIA

09.002.27.812.0011.2025. 3.3.90.39.00.00

LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

5.1. LOCAL: Parque de Eventos Municipal Eduardo Rudnick, no bairro Avencal – Piên PR.

6. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.1. Os serviços serão recebidos:
* No dia do evento, para efeito da conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta.
6.1.1.
Na hipótese da verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

7. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

7.1. NOME E MATRÍCULA DO FISCAL CONFORME PORTARIA VIGENTE.
ALEXANDRA APARECIDA DA CRUZ LAURINDO Assessor de área III – Cultura - Matrícula 4765897

7.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei 14.133/21.
7.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato ou da entrega do produto, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A Contratada obriga-se a:

8.1.1. Efetuar a entrega dos serviços nas condições, no(s) prazo(s) e no(s) local(is) indicados pela Secretaria/Órgão solicitante, em estrita observância das especificações do Termo de Referência e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente o preço.

8.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990);

8.1.3. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto do presente Termo de Referência;

8.1.4. Comunicar à Administração, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data do evento, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.1.6. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

8.1.7. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

8.1.8. Apresentar todos os documentos necessários durante a execução do contrato/Ata, mantendo em dia suas obrigações fiscais.

8.1.8.1 No que se refere a prestação de serviços que necessita de funcionários a empresa deverá manter as suas obrigações trabalhistas em dia, apresentando mensalmente a prefeitura municipal.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. A Contratante obriga-se a:

9.1.1. Receber os serviços, disponibilizando local, data e horário;

9.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

9.1.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

11. LEGISLAÇÃO APLICADA

11.1. O Presente termo de referência se submete integralmente a Lei Nº 14.133/21.

13. FONTES DE PESQUISA

13.1. LOCAIS ONDE FORAM REALIZADAS AS COTAÇÕES.

FEDERAÇÃO PARANAENSE DE MOTOCICLISMO

Elaborado em 11 de junho de 2024.

Alexandra Ap. C. Laurindo

ALEXANDRA APARECIDA DA CRUZ LAURINDO
Assessor de área III – Cultura –
Matrícula 4765897

Adriana B. Franco

Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco
SECRETÁRIA DE ESPORTE, CULTURA E LAZER

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1- INTRODUÇÃO: Contratação Pessoa Jurídica, especializada em secretaria de prova, cronometragem, direção de prova e comissários para a Etapa do Campeonato Paranaense de Velocross 2024, a realizar-se nos dias 28–29 e 30/06/2024, conforme legislação da Federação Paranaense de Motociclismo e calendário do campeonato.

2- DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer solicita a contratação Pessoa Jurídica para realizar serviços especializados de secretaria de prova, cronometragem, direção de prova e comissários para a Etapa do Campeonato Paranaense de Velocross 2024, cuja realização se dará nos dias 28-29 e 30 de junho de 2024, conforme legislação da Federação Paranaense de Motociclismo.

A realização da etapa do Campeonato Paranaense de Velocross faz parte de uma das ações da Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer visando fomentar a prática do esporte que é praticado e apreciado por muitos atletas do município, bem como, em razão de que, por tratar-se de uma competição a nível estadual, tal evento atrai grande número de público, o que é bastante importante para a economia do nosso Município gerando também renda e oportunidade de trabalho para os munícipes.

A escolha da Federação Paranaense de Motociclismo, se dá em razão desta ser única Entidade, credenciada para dirigir, coordenar, planificar, autorizar e supervisionar as atividades desta modalidade de motociclismo no Estado do Paraná.

3– ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Item	Especificação	Unidade	Quant.
1	Serviços de secretaria de prova, cronometragem, direção de prova e comissários para a Etapa do Campeonato Paranaense de Velocross 2024.		1

11

3- ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

O valor estimado da contratação é de R$ 47.000,00 (Quarenta e sete mil reais).

4- JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

Considerando as especificidades do presente objeto a demanda não será parcelada, haja vista que os serviçoes serão realizados em uma única vez.

5– VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Considerando o conteúdo apresentado neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que é necessária a contratação deste objeto. Proporcionando uma grande atração á população pienense.

Piên, 11 de junho de 2024.

Alexandra Aparecida da C. Laurindo

ALEXANDRA APARECIDA DA CRUZ LAURINDO
Assessor de área III – Cultura
Matrícula 4765897

Adriana F. Franco

Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco
SECRETÁRIA DE ESPORTE, CULTURA E LAZER

Federação Paranaense de Motociclismo
Fundada em 04/11/1982
CNPJ 76.659.572/0001-49

FILIADA A

12

CAMPEONATO PARANAENSE DE VELOCROSS 2024
CUSTOS PARA REALIZAÇÃO DE PROVA

Alvará de Prova "FPRM"	R$ 1.500,00
Taxa de Realização de Prova (Secretaria, Cronometragem e Direção de Prova)	R$ 10.000,00
Ajuda de Custos (Premiação de Pilotos)	R$ 10.000,00
Montagem e desmontagem do material (ESTRUTURA)	R$ 2.000,00
Som e Locução	R$ 5.000,00
Troféus	R$ 5.000,00
Despesas de translado	R$ 1.500,00
Transmissão de TV	R$ 12.000,00
TOTAL:	**R$ 47.000,00**

(quarenta e sete mil reais).

OBS. Os valores acima deverão ser depositados 30 dias antes do evento.

Itens de responsabilidade do Moto Clube, Promotor ou Prefeitura.

- Cartazes, panfletos, faixas.
- Construção ou Reparos na pista
- Seguranças (sexta, sábado e domingo)
- 02 segurança noturno.
- Arquibancada (Opcional)
- Hotel e Alimentação:

Construtor de pista (dias que se fizerem necessário dependendo do local e condições).
Equipe de montagem da estrutura de quarta a domingo que antecede o evento (3 pessoas).
Equipe de trabalho da FPrM sexta a domingo (15 pessoas)

- 10 pessoas para trabalhos na Pista (do começo ao final)
- 20 pessoas para trabalhar como Bandeirinhas (sábado e domingo)
- Médico e enfermeiro de plantão durante o evento (sábado e domingo).
- 02 Ambulâncias de plantão
- 01 UTI Móvel e 4 socrristas
- Máquinas para Confecção e ou manutenção da Pista
- Máquina Pá de plantão (sexta, sábado e domingo)
- 4 Caminhão Pipa (sexta, sábado e domingo).
- Área reservada para Deficientes Físicos
- Área reservada para Extintores Industriais
- 30 pontos de água (Box)
- 30 pontos de luz (Box)
- Pista e Box isolada do Público (cercada)
- 500 estacas de 50cms e 40 estacas de 1,20mts
- Internet de boa qualidade.
- 10 banheiros químicos (5 femininos e 5 masculinos)
- 10 chuveiros químicos (5 femininos e 5 masculinos)

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 11/06/2024 15:42:26.

2º RTDPJ - CURITIBA/PR
№1183673/#
PROTOCOLO

13

FEDERAÇÃO PARANAENSE DE MOTOCICLISMO

O Presidente da Diretoria da FPRM, no uso de suas atribuições legais, submete à Assembleia Geral da FPRM, a seguinte proposta de REFORMULAÇÃO DO ESTATUTO, onde consta a mesma ordem e forma do Estatuto Original, de 04/11/1982, e respectiva alteração efetiva a 30/06/1984, devidamente aprovada em Ata.

A presente reformulação é feita em virtude doo advento da lei complementar nº 135 de 04/07/2010 (Lei da Ficha Limpa), bem como de propostas de reforma estatutárias da CBM, acompanhadas das justificativas cabíveis.

E, por fim, a presente reformulação respeitou o Estatuto em vigor, com as alterações já sofridas e devidamente registradas em Ata.

Titulo I – Da entidade e dos seus fins.

Capítulo I – Da denominação, natureza e duração.

Art. 1º- A Federação Paranaense de Motociclismo, conhecida e também denominada pela sigla FPRM, é pessoa jurídica de direito privado, constituída como associação de caráter desportivo, sem fins lucrativos e por ser sem fins lucrativos os associados não respondem subsidiariamente, fundada pelas filiadas Trail Clube de Curitiba, Moto Clube de Campo Largo, Motocross Clube de Arapongas, Moto Clube de Arapongas e Moto Clube Porto União da Vitória em data de quatro de novembro de um mil, novecentos e oitenta e dois (04/11/1982) com sede e foro em Curitiba, PR, à Rua Maria Trevisan Tortato nº 965 sala 7, Bairro Novo Mundo, CEP 81.020-000, CNPJ sb número 76.659.572/0001-49 podendo esta sede ser alterada por decisão da diretoria.

§ 1º - Os filiados à FPRM são exclusivamente as entidades que se enquadrarem ao artigo 8º do presente estatuto.

Art. 2º - O motociclismo de competição, manifestação desportiva de rendimento, constitui atividade de prática desportiva formal regulada por normas nacionais e internacionais e pelas regras de prática desportiva adotadas internacionalmente.

§ 1º - A prática e a organização de competições de motociclismo de competição, por pessoas naturais tecnicamente capacitadas e legalmente habilitadas e pelas entidades esportivas de qualquer natureza, que se constituírem com um dos propósitos anteriores e se filiarem, direta ou indiretamente, ao sistema Nacional Desportivo do Motociclismo de competição, pressupõe livre opção de vontade dos praticantes e fomentadores e um compromisso de aceitação espontânea, integral e de adesão incondicional de todos, as normas existentes e aquelas que vierem a ser adotadas tanto pela Confederação Brasileira de Motociclismo – CBM, quanto pela Federação Paranaense de Motociclismo – FPRM, obrigando-se, os mesmos, ao seu integral acatamento e cumprimento;

§ 2º - A FPRM adere expressamente às normas da CBM, de tal modo que todas as entidades

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 11/06/2024 15:42:26.

2º RTDPJ - CURITIBA/PR
№1183673/#
PROTOCOLO

filiadas, pilotos e demais envolvidos, se acham igualmente aderidos às mesmas normas.

§ 3° - A participação em competições de motociclismo será precedida de inscrição obrigatória do interessado habilitado, em cujo documento deverá constar, obrigatoriamente, cláusula de adesão integral as normas que regem o motociclismo de competição no país, com o compromisso mencionado no Parágrafo 1° deste artigo, constando, ainda, cláusula penal de valor pecuniário, em caso de descumprimento culposo de quaisquer daquelas obrigações;

§ 4° - A desobediência e a transgressão as referidas normas deverá ser punida pela entidade organizadora do evento ou pela entidade de alçada superior àquela, em caso de omissão do organizador, sem prejuízo da responsabilidade disciplinar, civil e outras que venham a incidir;

§ 5° - A inobservância ou o descumprimento, total ou parcial, à qualquer das obrigações estabelecidas nas normas que regem o motociclismo de competição, ainda que por mera culpa do filiado, piloto e outros envolvidos, caracterizará quebra de compromisso jurídico de adesão esportiva, incorrendo ao infrator, nos termos dos artigos 408 a 416 do código civil Brasileiro, Lei 10406, de 10/01/2002, na Cláusula Penal, de valor fixado anualmente pela Assembleia Geral, convertido automaticamente em crédito da FPRM, obrigando-se o devedor, espontaneamente, a salda-la no prazo de 5 (cinco) dias, na forma e local que for definido, findo os quais, não satisfeita a obrigação, será essa tida como positiva, liquida e certa, admitida e reconhecida pelo devedor, constituído em mora, nos termos e para os fins dos artigos 394 e 401 do Código civil Brasileiro, Lei 10406, de 10/01/2002, passando e mesma a ser titulo executivo;

§ 6° - Além de sujeitar-se a cláusula penal por quebra do compromisso de adesão esportiva, a desobediência contínua de qualquer pessoa física ou jurídica filiada a FPRM, às normas e às regras que compõem e regulam o motociclismo de competições no estado, será considerada infração continuada de grave ofensa à Ordem Desportiva, reservando-se a Assembleia Geral da FPRM, no direito de suspender o infrator, de imediato e em caráter preventivo, afastando-o de seus quadros e das atividades do motociclismo de competição nacional, enquanto perdurar a desobediência.

Art. 3° - A FPRM durará por tempo indeterminado.

Art. 4° - Nenhuma liga desportiva ou associação responde solidária ou subsidiariamente pelas obrigações financeiras da FPRM, nem esta por ato nenhum de qualquer das suas filiadas.

Capítulo II – Das insígnias.

Art. 5° - São insígnias da FPRM: a bandeira, os emblemas e os uniformes.

§ 1° - A bandeira caracteriza-se por um retângulo de cor branca, tendo ao centro o emblema da FPRM.

§ 2° - O emblema da FPRM será constituído por suas iniciais inscritas oval, de fundo verde,

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 11/06/2024 15:42:26.

2º RTDPJ - CURITIBA/PR
№1183673/#
PROTOCOLO

15

FEDERAÇÃO PARANAENSE DE MOTOCICLISMO

emoldurado com circulo em azul, com letras em caixa alta, em azul contornadas de branco, tal como se apresenta o timbre do presente documento.

§ 3° - Os uniformes variarão de acordo com as exigências dos regulamentos das provas.

§ 4° - O uso das insígnias da FPRM é de caráter exclusivo, de modo que não poderão ser imitadas, sob pena de punição civil e/ou criminal.

Capitulo III – Dos fins.

Art. 6° - A FPRM, à cujos mandamentos, poderes e autoridade devem obediência as entidades desportivas de direção municipal e associações que a integram; e as associações desportivas de índole local aquelas subordinadas, tem por fins principais:

a – Dirigir, difundir e incentivar, no Estado, o motociclismo em suas várias modalidades, tais como, motocross, velocidade, velocross, trail, enduro, trial, etc., tanto em caráter profissional, como não profissional.

b – O motociclismo de competição pode ser praticado de modo profissional e não profissional.

c – A prática não profissional é caracterizada pela liberdade de prática e pela inexistência de contrato de trabalho, sendo permitido o recebimento de incentivos materiais e de patrocínio.

d – Promover a realização de campeonatos e torneios de motociclismo com a concorrência de seus filiados, bem como, de não filiados;

e – Cumprir e fazer cumprir, aderir e fazer às normas e regras desportivas, nacionais e internacionais do motociclismo, reconhecendo a Confederação Brasileira de Motociclismo – CBM, como entidade nacional de administração do motociclismo de competição no País, assim como os atos legalmente expedidos pelos órgãos e ou pelas autoridades que integram o poder público em todos os seus âmbitos.

f – Expedir a filiadas, com força de mandamentos a serem obedecidos, os códigos, regulamentos, regimentos, avisos, circulares, instruções ou outros quaisquer atos necessários à organização, ao funcionamento e à disciplina do motociclismo.

g – Punir os responsáveis por inobservância de qualquer dos mandamentos compreendidos na alínea "f" deste dispositivo.

h – Decidir a respeito da concorrência de entidades e associações filiadas a prova fora da respectiva jurisdição municipal ou estadual;

i – Praticar, no exercício da direção estadual de motociclismo, todos os atos necessários ou úteis à realização dos seus fins;

j – Representar o motociclismo estadual em qualquer atividade de cunho nacional, assim como orientar, coordenar,, condicionar e fiscalizar as atividades de âmbito nacional de suas filiadas.

l – Fiscalizar, controlar e supervisionar todo e qualquer evento motociclístico no âmbito territo-

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 11/06/2024 15:42:26.

2º RTDPJ - CURITIBA/PR
№1183673/#
PROTOCOLO

16

rial do Estado do Paraná, bem como, os eventos aos quais participem seus filiados, bem como, de não filiados.

Paragrafo único – Para os efeitos da alínea "d" deste artigo, todos os campeonatos e torneios serão sempre separados para pilotos não profissionais e profissionais.

Titulo II – Da Organização e dos poderes Internos.

Capitulo I – Da Organização.

Art. 7° - A FPRM reúne todas as ligas e associações filiadas, diretamente e indiretamente filiadas a ligas – entidades desportivas de âmbito municipal – incumbidas no desempenho das atividades do motociclismo, bem como as que lhe forem subordinadas como associações e outras formas de organização

§ 1° - O ato de filiação de qualquer entidade esportiva à FPRM, importa em aceitação deste e reconhecimento de um compromisso de adesão entre as entidades esportivas, integrando ao compromisso as normas que regem o motociclismo de competição no estado, sendo reconhecidos como mandamentos este estatuto a que se obrigam todos os filiados, inclusive, aos demais atos e normas expedidos por qualquer dos poderes internos ou órgãos de cooperação da FPRM, editados no exercício da respectiva competência e todos aqueles editados pelo Poder Público do Estado, ou por organismos privados a que a FPRM deva obediência.

§ 2° - Todas as entidades compreendidas na definição deste artigo sujeitas às disposições da lei Pública, do estatuto, regimentos e demais atos normativos expedidos pela FPRM, são consideradas filiadas.

§ 3° - As disposições que regularem a organização e o funcionamento dos filiados, se incompatíveis com quaisquer outras que integrarem os textos referidos no paragrafo anterior não serão reconhecidas pela FPRM.

§ 4° - A FPRM não intervirá em negócios ou atividades peculiares às filiadas, salvo para:

a – Manter a ordem desportiva e o respeito devido aos seus poderes internos;

b – Especialmente, com o objetivo de restabelecer o funcionamento regular das suas filiadas, evitando a descontinuidade das atividades, quando faltarem os dirigentes daquelas, por decurso de seus mandamentos, sem que tenham sido nomeados os sucessores, a FPRM poderá requerer, judicialmente nos ermos do atual artigo 49 do Código Civil Brasileiro, Lei numero 10.406/2002, poderes de intervenção e administração nas filiadas, saneando-lhes a deficiência, ou propondo a dissolução das mesmas.

c – Fazer cumprir atos legalmente expedidos por órgãos ou representante do poder público.

§ 5° - A medida prevista no Parágrafo anterior só será adotada se não bastar a imposição de pena de desligamento temporária ou definitivo da filiada em causa ou a suspensão dos responsáveis e

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 11/06/2024 15:42:26.

após autorização da Confederação Brasileira de Motociclismo.

§ 6° - Faltando a administração de qualquer das filiadas, por vacância dos seus Poderes de representação institucional, e na falta de auto convocação da Assembleia Geral da mesma, poderá a FPRM solicitar judicialmente a nomeação de administrador provisório para a mesma, para decidir sobre a regularização das atividades da filiada, ou pela sua extinção por desinteresse dos filiados desta, procedendo, nesta hipótese, a liquidação do patrimônio da filiada e ao cancelamento do registro jurídico da mesma.

Art. 8° - Nenhuma liga ou associação poderá ser filiada sem provas de preenchimento dos seguintes requisitos:

a – Ser pessoa jurídica, com ato constitutivo, seja estatuto ou contrato social, devidamente registrado no cartório ou órgão competente, com exame de conformidade reconhecido pela CBM, não colidente e compatível com as normas do presente estatuto;

b – Possuir alvará de localização e funcionamento, expedido pelo Poder Público local, e numero próprio do CNPJ;

c – Possuir legislação interna compatível com as leis Públicas e com os mandamentos adotados pela FPRM e CBM;

d – Manter, legalmente, a direção municipal do motociclismo, isto para as ligas e para as associações, praticar, legalmente, o motociclismo;

e – Ter condições para disputar os campeonatos anuais de motociclismo;

f – Possuir Diretoria com poderes de mandatário e representação regulamente constituída, com a ata de eleição e posse registrada em cartório ou órgão competente;

§ 1° - A perda de qualquer das condições relacionadas nos itens "a" a "f" deste artigo acarretará o imediato afastamento da filiada, com a suspensão dos direitos estatutários outorgados pela CBM às filiadas, com eficácia jurídica a partir da notificação de suspensão, por carta com aviso de recebimento ou por outro meio de comunicação reconhecido idôneo e aceito pelo uso e costume comercial, somente cessando a suspensão 30 (trinta) dias depois de restabelecidas plenamente as condições estabelecidas neste artigo.

§ 2° - Os direitos e deveres das filiadas são as constantes da legislação pública e deste Estatuto, além das que vierem a ser prescritas no regimento geral e, ainda, da CBM.

Art. 9° - Haverá para os membros da FPRM duas classes assim compreendidas: membros fundadores e membros efetivos.

Parágrafo único – São membros:

a – Fundadores, as associações que por seus representantes legais assinaram a ata de fundação da FPRM, a saber: Trail Clube de Curitiba, Moto Clube de Campo Largo, Motocross Clube de Arapongas, Moto Clube de Apucarana e Moto Clube Porto União da Vitória.

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 11/06/2024 15:42:26.

2º RTDPJ - CURITIBA/PR
Nº 1183673 / #
PROTOCOLO

b – Efetivos, as associações ou ligas municipais que preencherem as condições do Capítulo I deste Titulo II.

Capitulo II – Dos Direitos dos Membros Filiados da FPRM.

Art. 10° - São direitos dos membros da FPRM:

a – Reger-se pelos Estatutos, Leis e Regulamentos que adotarem, pelos desta Federação e pelos da CBM, bem como, pelos da Legislação Pública em vigor;

b – Participar de campeonatos e torneios promovidos pela FPRM preenchidas as condições dos respectivos regulamentos;

c – Promover festas e torneios de motociclismo interclubes ou intermunicipais, mediante prévia autorização da FPRM;

d – Promover festas e torneios de motociclismo interestaduais e internacionais, mediante prévia autorização da FPRM, CBM e do Conselho Nacional de Desportos (CND);

e – Participar de festas e torneios de motociclismo interclubes ou intermunicipais mediante prévia autorização da FPRM;

f – Participar de festas e torneios de motociclismo interestaduais e internacionais mediante prévia autorização da FPRM;

g – Participar, discutir e votar nas reuniões da FPRM através de seu Presidente ou Associado devidamente e credenciado, quando convocado pela entidade;

h – Defender o interesse da liga ou associação, perante a FPRM através de seu Presidente ou Associado devidamente credenciado;

i – Discutir, decidir e votar nas sessões da Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária por intermédio de seu Presidente ou Associado devidamente credenciado, tendo todo o membro direito a um voto.

Capitulo III – Dos Deveres dos Membros Filiados da FPRM.

Art. 11° - São deveres dos membros da FPRM:

a – Reconhecer a FPRM como única dirigente do motociclismo no Estado do Paraná, cumprindo e fazendo cumprir os seus mandamentos, regulamentos, regras e similares;

b – Reconhecer, quando ligas Municipais, como exclusivas dirigentes do motociclismo, nos municípios das respectivas jurisdições;

c – Comunicar a constituição de sua diretoria, mudança de sede e aplicação de penalidades às Associações ou Pilotos;

d – Promover, obrigatoriamente, campeonatos locais de motociclismo (as ligas);

e – As ligas deverão enviar os calendários anuais e os resultados dos campeonatos, torneios e provas;

f – Não disputar, sem licença especial,

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 11/06/2024 15:42:26.

2º RTDPJ - CURITIBA/PR
№1183673/#
PROTOCOLO

19

competições patrocinadas por entidades ou clubes não filiados, nem permitir que o façam os seus clubes ou pilotos destes;

g – Quitar anuidade até o 30° dia do mês de Março do respectivo exercício, sob pena de desligamento temporário automático ou desfiliação.

Capítulo IV – Dos Poderes Internos.

Seção I – Da Discriminação.

Art. 12° - São poderes internos da FPRM:

a – A Assembleia Geral;

b – O Tribunal de Justiça Desportiva;

c – O Conselho Fiscal;

d – A Presidência;

e – A Diretoria.

Seção II – Da Assembleia Geral.

Art. 13° - A Assembleia Geral, poder constituinte e soberano da FPRM, é constituída pelos Presidentes das Ligas e Associações filiadas com direito de representação por um diretor ou associado, respectivamente, a representação de cada filiada é uninominal e não poderá ser exercido cumulativamente, de modo que cada um participa com direito a um voto.

§ 1° - A Assembleia Geral reunir-se-á em sessão ordinária no mês de janeiro de cada ano; e extraordinariamente quando o Presidente da FPRM julgar conveniente; ou quando esta for provocada, no mínimo, por um terço de seus filiados, hipótese em que, a Assembleia Geral só deliberará sobre a matéria que houver dado causa à convocação em votação de que participem, pelo menos dois terços de seus componentes.

§ 2° - A Assembleia Geral instalar-se-á com o comparecimento da metade mais um dos seus filiados pelo menos, mas poderá reunir-se, meia hora após, para deliberar, independentemente do quórum referido neste parágrafo.

§ 3° - A norma geral, do parágrafo anterior, não se aplica às deliberações em que é exigível, na forma deste Estatuto, a participação de um numero distinto de votantes.

§ 4° - Ao Presidente da FPRM ou seu substituto eventual, cumpre a abertura de cada reunião da Assembleia, que em seguida designará um dos seus filiados para assumir a Presidência; ao Presidente designado caberá a escolha de um outro membro do plenário que funcionará como secretário de mesa.

§ 5° - Serão admitidas a tomar parte da Assembleia Geral da FPRM, vedado o direito à voto, podendo discutir e propor, um representante da Indústria Motociclística atuante nas competições, por ela indicado, e um representante dos times em atividade, legalmente reconhecidos pela FPRM e por aqueles indicado.

§ 6° - Fica acordado entre as filiadas, que a representação política e jurídica das mesmas, nas

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 11/06/2024 15:42:26.

reuniões da Assembleia geral, será personalíssima e restrita, admitida só a um dos legítimos representantes estatutários da filiada e na ordem hierárquica, atribuída primeiro ao Presidente e, em sua falta ou impedimento, ao 1° e 2° Vice-Presidentes, estando expressamente vedado a representação, inclusive os que contenham outorga de poderes da cláusula *judicia et extra judicia*.

§ 7° - A representação das filiadas será comprovada mediante a exibição antecipada da ata de eleição e posse dos dirigentes, devidamente registrada no Cartório ou órgão competente, junto com cópia de um documento de identificação pessoal que goze de fé pública.

§ 8° - A filiada que faltar, injustificadamente, a critério dos seus pares, a duas reuniões consecutivas da Assembleia Geral, estará automaticamente suspensa, até a realização da próxima reunião ordinária, ficando impedida, neste prazo, de se beneficiar, de qualquer modo, administrativa, financeira ou desportivamente de qualquer etapa ou prova dos Campeonatos Brasileiros de Motociclismo, de qualquer modalidade, recuperando esses benefícios só a partir da próxima reunião ordinária a que comparecer.

§ 9° - Na hipótese do parágrafo anterior, poderá a FPRM diretamente organizar e promover provas e etapas dos Campeonatos Paranaenses de Motociclismo, no Município de origem da filiada suspensa.

§ 10° - A representação das filiadas nas reuniões de Assembleia Geral dependerá da filiada cumprir as normas do estatuto da FPRM e de estar em dia com suas obrigações financeiras para com esta, até o último dia útil do mês de dezembro do ano anterior ao da realização da referida Assembleia Geral.

§ 11° - Os pedidos de novas filiações serão examinados pela Assembleia Geral, mediante parecer da Diretoria da FPRM, ciente as filiadas postulantes de que, ressalvado apenas o direito à participação, somente usufruirão do direito a voto nas reuniões do poder maior, a partir da 1ª reunião que se seguir àquela concessiva de sua filiação.

§ 12° - Sem prejuízo do disposto nos parágrafos anteriores, perderá, ainda, o direito à voto, nas reuniões da Assembleia Geral, a filiada que deixar de organizar, no ano anterior a reunião, o Campeonato local, em pelo menos duas modalidades, uma delas de motocross, motovelocidade ou velocross, enduro, cada campeonato com ao menos cinco provas, só readquirindo este direito no ano seguinte, após cumprir integralmente o calendário de suas competições.

Art. 14° - A Assembleia Geral apreciará e julgará em cada reunião ordinária as contas do Presidente da FPRM, relativas ao exercício financeiro anterior, bem como decidirá a respeito de qualquer outra matéria incluída na pauta dos trabalhos.

§ 1° - O julgamento das contas de cada exercício proceder-se-á mediante discussão e votação do

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 11/06/2024 15:42:26.

2° RTDPJ - CURITIBA/PR
№1183673/#
PROTOCOLO

21

parecer do Conselho Fiscal sobre a situação econômica financeira e orçamentária da FPRM.

§ 2° - À Assembleia Geral, além das atribuições e dos poderes gerais prescritos neste Estatuto, compete:

a – Eleger em votação secreta e declarar empossados o Presidente e o Vice-Presidente da FPRM, além dos membros e suplentes do Conselho Fiscal;

b – Autorizar o Presidente da FPRM a adquirir ou alienar bens imóveis e a constituir ônus de direitos reais sobre os mesmos;

c – Resolver sobre a extinção da FPRM;

d – Delegar poderes especiais ao Presidente da FPRM quando necessário, para a prática de atos excluídos de sua competência explícita;

e – Interpretar esta Estatuto, em última instância, e preencher no respectivo texto as omissões que de outra forma não forem sanadas;

f – Alterar este Estatuto, no todo ou em parte, por iniciativa própria ou proposta da diretoria;

§ 3° - A Assembleia Geral disporá de um Regimento Interno por ela mesmo aprovado e no qual serão prescritas as normas relativas ao funcionamento.

Seção III – Do Tribunal de Justiça Desportiva.

Art. 15° - O Tribunal de Justiça Desportiva da FPRM, composto de nove membros indicados na forma do artigo 55 da Lei 9.615/1998, com a redação alterada pela Lei 9.981/2000, com mandado de 4 (quatro) anos, permitido apenas uma recondução, compete processar e julgar em sua instância, as questões previstas no Código Brasileiro de Justiça e Disciplina Desportiva.

§ 1° - O Tribunal de Justiça Desportiva elegerá seu Presidente dentre os membros que o compõe e disporá sobre sua organização e funcionamento em regime interno, obedecidas as disposições normativas emanadas do poder público em todos os seus âmbitos;

§ 2° - Os membros do TJD e das Comissões Disciplinares poderá ser bacharéis em direito ou pessoas de notório saber jurídico desportivo e de conduta ilibada;

§ 3° - A FPRM disponibilizará meios e recursos para o funcionamento do TJD e das Comissões Disciplinares;

§ 4° - O TJD e as Comissões Disciplinares elegerão seu Presidente entre seus próprios membros, dispondo, ainda, sobre o Regimento Interno;

§ 5° - A FPRM disponibilizará local e meios para o funcionamento do TJD;

§ 6° - Das decisões da Comissão Disciplinar caberá recurso ao Tribunal de Justiça Desportiva e deste ao Superior Tribunal de Justiça Desportiva, nas hipóteses previstas nos respectivos códigos de justiça Desportiva;

§ 7° - A organização, o funcionamento e as atribui-

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 11/06/2024 15:42:26.

2º RTDPJ - CURITIBA/PR
Nº 1183673 / #
PROTOCOLO

ções da Justiça Desportiva, limitadas ao processo e julgamento das infrações disciplinares e as competições desportivas, serão definidas em Código Disciplinar Desportivo, de acordo como dispuser a legislação federal;

§ 8° - Nos regulamentos das competições organizadas pela FPRM, poderá ela constar a previsibilidade da Diretoria funcionar como caráter judicante, em 1ª instância, no local das provas, podendo aplicar medidas disciplinares de efeito automático, de acordo com a tábua de penalidades e gradação instituída no § 1° da art. 50, da lei n° 9.615/98.

Seção IV – Do Conselho fiscal.

Art. 16 – O Conselho Fiscal, poder de fiscalização da administração financeira da FPRM, compõe-se de três membros efetivos e três suplentes.

§ 1° - Ao Conselho Fiscal compete:

a – Examinar mensalmente os livros, documentos e demonstrações financeiras, tais como, balancete e, se a circunstância o exigir, o fluxo de caixa relativo ao mesmo período.

b – Apresentar à Assembleia Geral parecer anual sobre o movimento econômico, financeiro e administrativo da FPRM, assim como sobre o resultado da execução orçamentária do exercício anterior.

c – Fiscalizar o cumprimento das deliberações do Conselho Nacional de Desportos e praticar atos que este lhe atribuir.

d – Denunciar à Assembleia Geral erros administrativos ou qualquer violação de lei ou deste Estatuto, sugerindo medidas a serem tomadas, inclusive para que possa, em cada caso, exercer plenamente a sua função fiscalizadora.

e – Reunir-se ordinariamente uma vez cada mês, e extraordinariamente quando necessário, mediante convocação da Assembleia Geral ou do Presidente da FPRM.

f – Homologar o orçamento anual, antes de iniciar-se o ano financeiro a que se referir, e autorizar a abertura dos créditos adicionais.

g – Propor à Assembleia Geral, a repartição dos saldos beneficiários de cada exercício financeiro, destinados ao reforço dos fundos existentes, com a indicação das respectivas percentagens.

h – Homologar o recebimento de doações ou legados, e se for o caso, autorizar a sua conversão em dinheiro.

§ 2° - O Conselho Fiscal terá seu Presidente eleito pelos membros efetivos que o compõem e disporá sobre sua organização e funcionamento em regimento interno por eles mesmo aprovado, obedecendo ao disposto na legislação pública, vedado aos administradores e membros de Conselho Fiscal de entidade de prática desportiva, tomar posse como membro do Conselho Fiscal da FPRM, em adequação ao que dispõe a Lei 6.815/93, com as alterações impostas pela Lei 9.981/2000.

§ 3° - A eleição dos membros e suplentes do

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 11/06/2024 15:42:26.

2º RTDPJ - CURITIBA/PR
№1183673/#
PROTOCOLO

23

Conselho Fiscal realizar-se- à na mesma reunião em que a Assembleia tiver de eleger o Presidente, 1° Vice-Presidente e 2° Vice-Presidente da FPRM.

Seção V – Da Presidência

Art. 17 – A Presidência compõe-se do Presidente, do 1° Vice-Presidente e do 2° Vice-Presidente da FPRM, eleitos pelo prazo de quatro anos em votação secreta da Assembleia Geral e com direito à reeleição.

§ 1° - São inelegíveis, para o desempenho do cargo e funções eletivas ou de livre nomeação existentes na **FPRM**, e para as entidades a ela filiadas, os dirigentes e esportistas, nas seguintes situações:

a – Condenados por crime doloso em sentença definitiva;

b – Inadimplentes na prestação de contas de recursos públicos em decisão administrativa definitiva;

c – Inadimplentes na prestação de contas da própria Entidade;

d – Afastados de cargos eletivos ou de confiança de Entidade desportiva ou em virtude de gestão patrimonial ou financeira irregular ou temerária da Entidade, devidamente comprovada;

e – Inadimplentes das contribuições previdenciárias e trabalhistas;

f – Os falidos;

g – Os que estiverem cumprindo penalidades impostas pelos órgãos de Justiça Desportiva ou pelo **COB;**

h – Os que a Lei assim determinar;

i – Os administradores e membros do **Conselho Fiscal de Clubes,** Associações, "times" e "equipes" de praticante de motociclismo;

§ 2° - É condição e requisito, para concorrer ao cargo de **Presidente da FPRM,** que o candidato tenha exercido ou exerça a presidência de um dos Clubes filiados, e seja indicado por qualquer das filiadas, devendo esta estar cumprindo seus deveres, sendo obrigação do candidato apresentar certidão negativa de antecedentes criminais, bem como certidões de regularidade fiscal junto às receitas federal, estadual e municipal, INSS e FGTS.

Art. 18 – Ao Presidente da FPRM compete a função executiva na administração da entidade, com amplos poderes de representação, inclusive em juízo, podendo constituir procuradores.

§ 1° - Ao Presidente, no exercício dos poderes referidos neste artigo, cumpre a adoção de quaisquer medidas julgadas oportunas à ordem ou aos interesses da FPRM, inclusive nos casos omissos ou inerentes que sujeitarem este Estatuto controvérsia de interpretação.

§ 2° - Ao Presidente, além das demais atribuições prescritas neste Estatuto, compete:

a – Supervisionar, coordenar, dirigir e fiscalizar as

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 11/06/2024 15:42:26.

2º RTDPJ - CURITIBA/PR
Nº 1183673 / #
PROTOCOLO

atividades administrativas, econômicas, financeiras e desportivas da FPRM;

b – Superintender o pessoal a serviço remunerado na entidade, em consequência, nomear, admitir, designar, comissionar, contestar ou rescindir contratos, exonerar, dispensar, demitir, punir, destituir, licenciar, dar férias, elogiar, premiar, abrir inquéritos e instaurar processos nos termos do regimento geral e observada a Legislação Pública;

c – Apresentar à Assembleia Geral, em cada uma de suas reuniões anuais, relatórios circunstanciados da administração realizada no exercício anterior, juntamente com o parecer do Conselho Fiscal e as Demonstrações Financeiras indispensáveis à análise do movimento econômico, financeiro e orçamentário, especificamente a Prestação de contas do exercício na forma da legislação em vigor, Patrimonial e a Demonstração dos Resultados, com as contas de Receita e Despesas individuadas, com seus respectivos saldos anuais;

d – Cumprir e fazer cumprir os mandamentos em vigor da FPRM, originários do Poder Público, da CBM e dos Poderes Internos;

e – Nomear e dispensar os membros da diretoria que independem de eleições e os Sub-Diretores; designar seus assistentes privados e os componentes das comissões que instituir; convocar a Assembleia Geral, representantes das filiadas, a Diretoria e demais poderes internos;

f – Fiscalizar a arrecadação da receita e autorizar o pagamento da despesa, observados o orçamento em execução e os limites dos créditos adicionais;

g – Abrir créditos adicionais, mediante autorização do Conselho Fiscal;

h – Autenticar os livros da FPRM;

i – Constituir as delegações incumbidas da representação da FPRM, dentro ou fora do país;

j – Assinar cheques, títulos, recibos ou quaisquer outros documentos que constituam obrigações financeiras, obedecidas as disposições deste Estatuto e do Regimento Geral;

k – Celebrar acordos, convenções, convênios, tratados ou quaisquer outros termos que instituam compromissos;

i – Autorizar a publicidade dos atos originários dos poderes internos e dos órgãos de cooperação;

m – Por em execução os atos decisórios dos poderes internos e efetivar as penalidades pelos mesmos decretados no uso da respectiva competência;

n – Guardar e conservar os bens móveis da FPRM ou alienar e constituir direitos reais sobre os imóveis, mediante autorização da Assembleia Geral;

o – Sujeitar o depósito em instituição idônea de crédito os valores da FPRM em espécie ou em títulos, quando superiores a vinte valores da FPRM em espécie ou em títulos quando

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 11/06/2024 15:42:26.

superiores a vinte valores de referência;

p – Presidir as reuniões de Diretoria com direito a voto, inclusive o de qualidade;

q – Rever penalidades que tenha imposto a infratores com direito de indulto ou comutação;

r – Expedir o Regimento Geral, o Regimento de Custos e Taxas ou qualquer outro mandamento a cargo da Presidência, ou altera-los quando oportuno;

s – Aplicar às pessoas físicas e jurídicas sujeitas à jurisdição da FPRM, quando cabíveis, as sanções prescritas neste Estatuto, do Regimento Geral ou em qualquer outro mandamento da entidade, ressalvada a competência dos demais poderes internos;

t – Transgredir, desistir ou conceder moratória;

u – Expedir aviso às filiadas, com força de lei, sem disposições incompatíveis com o texto deste Estatuto ou com os atos originários de outro poder interno;

v – Enviar à Diretoria, sessenta dias antes do encerramento de cada ano, pelo menos, a proposta de orçamento a vigorar no ano imediato;

w – Exercer quaisquer outras atribuições executivas que não tenham sido explicitamente previstas neste Estatuto.

§ 3° - Ao presidente da FPRM compete a convocação das Assembleias, que em seguida designará uma de suas filiadas para presidi-la.

§ 4° - Os atos do Presidente da FPRM, no uso das atribuições das alíneas c, f, g, i, k, r, s, t e u, do § 2° deste antigo, serão expedidas após o pronunciamento da Diretoria.

Art. 19 – O Vice-Presidente da FPRM é o substituto eventual do Presidente e um dos membros natos da Diretoria.

Parágrafo Único – O Vice-Presidente, independentemente do exercício eventual da presidência da FPRM, deverá desempenhar alguma parcela da função executiva do Presidente, em caráter transitório e delegado pelo Presidente nos termos expressos e por meio de aviso,

Art. 20 – Em caso de impedimento ou vaga do Presidente e do Vice-Presidente da FPRM, os integrantes da Diretoria serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência, conforme a ordem estabelecida neste Estatuto; se a vaga definitiva ocorrer na vigência do último ano do mandato eletivo, o Presidente em exercício completará o período.

Seção IV – Da Diretoria

Art. 21 – A Diretoria, poder complementar da superior administração, em regime de colegiada, compõe-se do Presidente e do Vice-Presidente da FPRM e mais cinco membros escolhidos por nomeação, e assim discriminados: secretário, tesoureiro, diretor, técnico, diretor de patrimônio e diretor jurídico.

§ 1° - Cada um dos membros da Diretoria escolhido por nomeação, exercerá funções

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 11/06/2024 15:42:26.

2º RTDPJ - CURITIBA/PR
№1183673/#
PROTOCOLO

26

privativas de direção no departamento que lhe convier administrar.

§ 2° - A Diretoria, além das atribuições já previstas neste Estatuto, compete:

a – Integrar a superior administração da FPRM;

b – Aprovar todos os mandamentos que complementarem este Estatuto e o Regime Geral, bem como os atos de caráter normativo, próprios da FPRM, ressalvada a competência dos demais poderes internos e dos órgãos de cooperação;

c – Votar o orçamento antes de iniciado o último mês do ano anterior ao de sua vigência e remetê-lo, dentro de cinco dias da votação à homologação do Conselho Fiscal;

d – Opinar sobre qualquer alteração a ser introduzida neste Estatuto, sobre os demais assuntos que lhe forem submetidos pelo Presidente ou outro membro do colegiado;

e – Autorizar a entidade a receber doações e legados, em ato homologado pelo Conselho Fiscal;

f – Organizar o calendário anual das competições estaduais e, se for o caso, interestaduais ou internacionais;

g – Instituir o regime de registro, classificação e transferência de pilotos, tanto não profissionais como profissionais, ressalvada a competência dos poderes públicos;

h – Pronunciar-se a respeito das atas expedidas pelo Presidente no uso das atribuições invocadas no § 2° do Artigo 18 deste Estatuto, inclusive os que devem causa à punição de qualquer pessoa física ou jurídica sujeita aos poderes administrativos da FPRM;

i – Eleger os membros do Tribunal de Justiça Desportiva;

j – Exercer qualquer outra competência que o Regimento Geral lhe atribuir.

§ 3° - A Diretoria reunir-se- à por convocação doo Presidente da FPRM, sob a presidência deste ou do seu substituto, com a presença de no mínimo quatro membros.

Art. 22 – A administração da FPRM, sem prejuízo dos poderes de supervisão, coordenação, direção e fiscalização a cargo do respectivo Presidente, observando o disposto no artigo anterior, descentralizar-se- à nos seguintes departamentos:

a – Departamento de Administração;

b – Departamento de Finanças;

c – Departamento Técnico;

d – Departamento de Patrimônio;

e – Departamento Jurídico;

§ 1° - Cada Departamento disporá de auxiliares ou grupo de auxiliares nomeados pelo Presidente da FPRM consoante este Estatuto e o Regime Geral.

§ 2° - Nenhuma despesa será processada à

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 11/06/2024 15:42:26.

2º RTDPJ - CURITIBA/PR
Nº 1183673 / #
PROTOCOLO

27

revelia do Departamento de Finanças e sem que o respectivo pagamento se sujeite à autorização do Presidente da FPRM.

§ 3º - A autorização e o funcionamento dos departamentos obdecerão o determinado neste Estatuto e as prescrições do Regimento Geral, além das atribuições específicas contidas nos artigos 23, 24, 25, 26 e 27.

Art. 23 – O Departamento de Administração incumbir-se-á do recebimento e da expedição da correspondência da entidade; dos serviços de comunicações, documentação e organização, da direção e fiscalização dos serviços burocráticos; do preparo das atas da organização dos assuntos sujeitos ao pronunciamento dos poderes internos; do encaminhamento e da solução dos interesses a cargo da entidade junto aos poderes públicos ou quaisquer outras instituições; da coordenação, da publicidade e do desempenho de todas as atividades auxiliares indispensáveis à execução dos serviços gerais da entidade.

Parágrafo Único – O Departamento de Administração será dirigido pelo Secretário.

Art. 24 – O Departamento de Finanças concentrará o desempenho dos cargos econômicos e financeiros da entidade; acompanhará a execução do orçamento de cada exercício; elaborará a proposta orçamentária a ser revista a adotada pelo Presidente da FPRM; organizará o documentário destinado a instituir o levantamento da prestação de contas do exercício na forma da legislação em vigor e da conta de Resultados; exercerá o controle administrativo da despesa e da receita; fiscalizará a contabilidade e a tesouraria; executará os atos que influenciarem as finanças e o orçamento e o orçamento e incumbir-se-á dos serviços inerentes à administração financeira da entidade inclusive, mediante assinatura de documentos, títulos, cheques, etc., com o Presidente.

Parágrafo Único – O Departamento de Finanças será dirigido pelo Tesoureiro.

Art. 25 – O Departamento Técnico incumbir-se-á do estudo e da execução das iniciativas que a FPRM empreender em relação às atividades do motociclismo no Estado, cabendo-lhe instruir qualquer matéria de administração do motociclismo, sujeitos ao pronunciamento do Presidente ou da Diretoria. Será a seu cargo a representação do motociclismo perante a Confederação, com atribuições para encaminhar a solução dos assuntos inerentes à mesma representação e promover a defesa dos interesses desportivos da entidade em suas relações nacionais; o planejamento das iniciativas a serem executadas e a intensificação do intercâmbio com as instituições congêneres filiadas à CBM; e coordenação e a fiscalização das atividades do motociclismo e sua execução, previstas no Regimento Geral.

Parágrafo Único – O Departamento Técnico será dirigido pelo Diretor Técnico.

Art. 26 – O Departamento de Patrimônio terá a seu cargo a administração e escrituração de todo

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 11/06/2024 15:42:26.

2º RTDPJ - CURITIBA/PR
№1183673/#
PROTOCOLO

o material pertencente à FPRM, conservação, guarda e conservação de todo o material; aquisição e fornecimento do material desportivo necessário nos vários eventos do motociclismo no local das competições e recolhimento do mesmo após o término; a escrituração e controle inclui, além de todo o material necessário ao funcionamento da entidade, todos os bens móveis e imóveis pertencentes à FPRM.

Parágrafo Único – O Departamento de Patrimônio será dirigido pelo Diretor de Patrimônio.

Art. 27 – O Departamento Jurídico centralizará o estudo, o encaminhamento e a solução de todos os assuntos do interesse da FPRM, em qualquer oportunidade que exigir a aplicação da lei de leis, públicas ou mandamentos em vigor na entidade; pronunciar-se-á por iniciativa de qualquer poder interno ou outro Departamento, sobre as matérias compreendidas no domínio de suas funções específicas e desempenhará os demais encargos de consultoria ou procuradoria que lhe forem atribuídos por mandamentos em vigor ou pelo Presidente da FPRM.

Parágrafo Único - O Departamento Jurídico será dirigido pelo Diretor Jurídico.

Título III – Do Regime Econômico Financeiro

Capítulo 1 – Do Exercício Financeiro

Art. 28 – O exercício financeiro coincidirá com o ano civil e compreenderá, fundamentalmente, a execução do orçamento.

§ 1° - O orçamento será uno e incluirá todas as receitas e despesas sujeitas a rubricas e datações especificadas conforme os parágrafos seguintes:

§ 2° - A receita compreende:

a – As taxas de inscrição e permanência, ou de transferência de pilotos, assim como os emolumentos a que os processos de recursos estiverem sujeitos.

b – O produto de multa e indenizações.

c – A arrecadação da taxa de alvará para realização de provas, conforme acordado em Assembleia.

d – As subvenções e os auxílios.

e – As doações ou legados convertidos em dinheiro.

f – Quaisquer outros recursos pecuniários que a Diretoria vier a criar.

g – As rendas oriundas de todas as promoções realizadas pela FPRM e outras rendas eventuais.

§ 3° - A despesa compreende:

a – O custeio das atividades desportivas e dos encargos diversos e da administração da FPRM.

b – As obrigações de pagamento que se tornarem exigíveis em consequência de atos judiciais, convênios, contratos e operações de crédito.

c – Os encargos pecuniários de caráter extraordinário, não previsto no orçamento custeados a

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 11/06/2024 15:42:26.

conta de crédito adicionais abertos com autorização do Conselho Fiscal e compensados mediante utilização dos recursos que foram previstos.

Capítulo II – Do Patrimônio

Art. 29 – O patrimônio compreende:

a – Os bens móveis e imóveis adquiridos sob qualquer título.

b – Os troféus e prêmios tombados, insusceptíveis de alienação que são todos os existentes.

c – Os saldos beneficiários da execução do orçamento transferidos na forma deste Estatuto.

d – Os fundos existentes, ou os bens resultantes de sua inversão.

Art. 30 – Todo o material desportivo de uso em competições, pertencentes à FPRM, somente poderá ser cedido aos clubes e ligas filiadas desde que seja usada sob a orientação técnica da entidade.

Art. 31 – Em caso de extinção da FPRM, o patrimônio será entregue a entidades filantrópicas, designadas em Assembleia Geral, ressalvado o direito de suas filiadas.

Capítulo II – Das normas de administração financeira

Art. 32 – Os elementos constitutivos de ordem econômica, financeira e orçamentária serão escrituradas nos livros próprios e comprovados por documentos mantidos em arquivos, observadas as disposições legis vigentes, especialmente a publicação na Imprensa das demonstrações contábeis e balanços patrimoniais de cada exercício, devidamente auditadas por auditoria independente, conforme o art. 46-A, da lei n° 9615/98, devendo as filiadas adotarem em seus estatutos a referida obrigação legal.

§ 1° - Para o setor do motociclismo profissional, o orçamento e a contabilidade serão feitos à parte e registrados de modo autônomo, garantindo tratamento independente a este setor.

§ 2° - Os serviços de contabilidade serão executados em condições que permitam o conhecimento imediato da posição das contas relativas ao patrimônio, às finanças e à execução do orçamento.

§ 3° - Todas as receitas e despesas estão sujeitas a comprovantes de recolhimento ou pagamento e à demonstração dos respectivos saldos.

§ 4° - A prestação de contas na forma da legislação em vigor, de cada exercício, acompanhado da demonstração de lucros e perdas, discriminará os resultados das contas patrimoniais, financeiras e orçamentárias.

Título IV – Disposições finais

Art. 33 – São mandamentos todos os atos expedidos por qualquer dos poderes internos, no exercício da respectiva competência, originários de organismos públicos ou privados a que a entidade deve obediência.

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 11/06/2024 15:42:26.

2º RTDPJ - CURITIBA/PR
№1183673/#
PROTOCOLO

30

FEDERAÇÃO PARANAENSE DE MOTOCICLISMO

Art. 34 – Todo membro do poder interno poderá exercer função em qualquer outro poder interno, respeitadas as compatibilidades expressamente previstas neste Estatuto; bem como, poderá facultativamente acumular funções em caráter efetivo dentro de um mesmo poder e integrar poder de qualquer filiada, salvo a Assembleia Geral e o Conselho Deliberativo dispor contrariamente, seja antes ou durante o exercício da função.

Art. 35 – A proposta orçamentária converter-se-á em orçamento definitivo, mediante homologação do Conselho Fiscal, se a Diretoria omitir seu pronunciamento dentro do prazo fixado neste Estatuto; o orçamento votado pela Diretoria entrará em execução, sem homologação, se esta deixar de ser tempestivamente formalizada pelo Conselho Fiscal.

Art. 36 – As infrações disciplinares aos mandamentos em vigor, sem prejuízo das sanções à cargo da Justiça Desportiva, darão causa às seguintes penalidades de índole administrativa:

a – Advertência;

b – Censura escrita;

c – Suspensão;

d – Eliminação;

e – Destituição;

f – Desligamento temporário ou definitivo;

g – Intervenção;

h – Desfiliação ou desvinculação;

i – Multa.

§ 1° - As três penalidades referidas nos itens "f", "g" e "h", neste artigo somente serão aplicáveis às pessoas jurídicas.

§ 2° - O Regimento Geral prescreverá o processo de aplicação e graduação das penalidades, respeitadas as atas do CND, a competência da Justiça Desportiva e as disposições deste Estatuto.

§ 3° - Na fixação do valor da multa, pelo descumprimento do contrato de adesão esportiva, levar-se-á em consideração a natureza da infração, a gravidade, a segurança das competições, a ordem desportiva; nos contratos de valor econômico deverão essa satisfazer, ainda, e se for o caso, a compensação financeira inicial ao prejuízo econômico causado; os valores serão fixados anualmente pela Diretoria da FPRM, com o aval do Conselho Fiscal.

§ 4° - Os regulamentos das competições regularão a aplicação de penalidades de eliminação, perda de pontos, exclusão de provas ou de todo um campeonato ou torneio, e ainda acerca de indenizações por prejuízos e danos causados.

Art. 37 – Os membros dos poderes internos, bem como os Presidentes das Ligas e Associações filiadas, portadores de carteiras de identidade expedidas pela FPRM, terão acesso em todas as pistas sujeitas à jurisdição da entidade.

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 11/06/2024 15:42:26.

2º RTDPJ - CURITIBA/PR
№1183673/#
PROTOCOLO

31

Art. 38 – O dever das filiadas é irremovível, quanto ao implemento das condições prescritas na alínea "d" do artigo 8 deste Estatuto.

Art. 39 – O mandato dos poderes internos termina com o da Presidência.

Art. 40 – As atividades desportivas da FPRM começarão no dia 31 de Dezembro de cada ano.

Parágrafo Único – Dentro do período acima previsto, o Diretor Técnico organizará o calendário para as modalidades do motociclismo que esta Federação superintende.

Art. 41 – A classificação dos pilotos registrados na FPRM obedecerá o critério previsto no Regimento Geral.

Art. 42 – Estes Estatutos entram em vigor após a sua aprovação, pelos Clubes em assembleia ordinária e sua inscrição no registro público.

Curitiba, 18 de abril de 2024.

Gilberto Rosa.

Ilmo. Sr. **GILBERTO ROSA**
Presidente da FEDERAÇÃO PARANAENSE DE MOTOCICLISMO

Ilmo. Sr. **JORGE LUIZ DA SILVEIRA OAB Nº 11547**

Rua Maria Trevisan Tortato nº 965 sala 7
Bairro Novo Mundo Curitiba Paraná
CEP 81020000
Telefone 41-3267-5330

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 11/06/2024 15:42:26.

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS

REGISTRO PARA FINS DE PUBLICIDADE E EFICÁCIA EM RELAÇÃO A TERCEIROS

Nº 3.910 - Av. nº 11 de 16/05/2024

Certifico e dou fé que o documento em papel anexo, contendo **19 (dezenove) páginas**, foi apresentado em 16/05/2024, o qual foi protocolado sob nº 1183673, tendo sido registrado eletronicamente e AVERBADO no REGISTRO sob nº 3.910 no Livro A deste 2°registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas de Curitiba na presente data.

Apresentante
FERNANDA APARECIDA SILVEIRA

Natureza
ALTERAÇÃO DE ESTATUTO

Curitiba, 16 de maio de 2024.

Consuelo Mery Pereira
Escrevente

Este certificado é parte **integrante e inseparável** do registro do documento acima descrito.

Para conferir a procedência deste documento efetue a leitur do QR-Code impresso ou acesso o endereço eletrônico: https://selo.funarpen.com.br/consulta
Selo Digital nº SFTD4hve34Rsz7KXa4aw1307q

Custas: Emolumentos: R$83,10(VRC 3,00) Funrejus: R$11,07, ISSQN: R$4,02, FUNDEP: R$5,03, Selo: R$9,25, : , Digitalização: R$17,43. Total: R$ 129,90

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 11/06/2024 15:42:26.

33

10/2024

Declaração

A Confederação Brasileira de Motociclismo (CBM), filiada à *Fédération Internationale de Motocyclisme* – FIM, à FIM *Latin America* e ao Comitê Olímpico Brasileiro – COB, através desta, declara a quem possa interessar que a FEDERAÇÃO PARANAENSE DE MOTOCICLISMO – FPRM, é filiada a esta Confederação e, portanto, exclusiva representante legal da CBM autorizada a realizar, organizar, supervisionar e regulamentar todos os eventos motociclísticos no Estado do Paraná no ano de 2024.

Campo Grande - MS, 25 de janeiro de 2024.

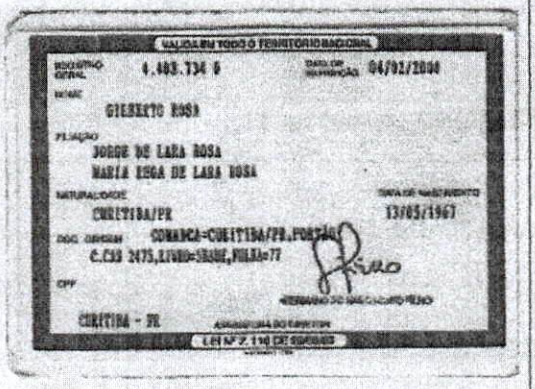
GUSTAVO DA SILVEIRA DE CASTILHO JACOB:02490697684

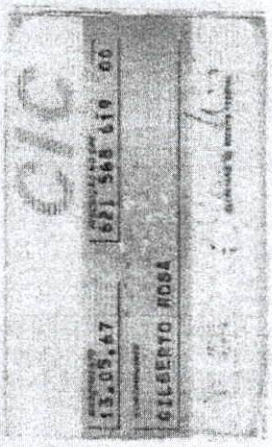
Assinado de forma digital por GUSTAVO DA SILVEIRA DE CASTILHO JACOB:02490697684
Dados: 2024.02.01 13:30:37 -03'00'

Gustavo da Silveira de Castilho Jacob
CBM - Presidente

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 11/06/2024 15:42:26.









Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 11/06/2024 15:42:26.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
76.659.572/0001-49 **MATRIZ**		**22/12/1982**

35

NOME EMPRESARIAL
FEDERACAO PARANAENSE DE MOTOCICLISMO

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
FPM	**DEMAIS**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
93.19-1-01 - Produção e promoção de eventos esportivos

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
94.11-1-00 - Atividades de organizações associativas patronais e empresariais

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
399-9 - Associação Privada

)GRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
MARIA TREVISAN TORTATO	**965**	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
81.020-000	**NOVO MUNDO**	**CURITIBA**	**PR**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
FPRM@FPRM.COM.BR	**(41) 3267-5330**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**25/11/2000**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

)vado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **11/06/2024** às **16:02:59** (data e hora de Brasília).

Voltar Imprimir

36

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 76.659.572/0001-49
Razão Social: FEDERACAO PARANAENSE DE MOTOCICLISMO
Endereço: R MANOEL RIBAS 507 CJ 5 / MERCES / CURITIBA / PR / 80510-020

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:29/05/2024 a 27/06/2024

Certificação Número: 2024052905200515660327

Informação obtida em 11/06/2024 12:44:46

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 11/06/2024 15:42:26.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

37

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: FEDERACAO PARANAENSE DE MOTOCICLISMO (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 76.659.572/0001-49
Certidão nº: 75156707/2023
Expedição: 28/12/2023, às 16:55:32
Validade: 25/06/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **FEDERACAO PARANAENSE DE MOTOCICLISMO (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **76.659.572/0001-49, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 11/06/2024 15:42:26.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, FINANÇAS E ORÇAMENTO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE FINANCEIRO

CERTIDÃO NEGATIVA
DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS E DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL

38

Certidão nº: 11.269.756

CNPJ: 76.659.572/0001-49

Nome: FEDERACAO PARANAENSE DE MOTOCICLISMO

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Municipal inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria Municipal de Finanças e créditos tributários e não tributários inscritos em dívida ativa junto à Procuradoria Geral do Município (PGM).

Esta certidão compreende os Tributos Mobiliários (Imposto sobre serviço - ISS), Tributos Imobiliários (Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU), Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis Intervivos- ITBI e Contribuição de Melhoria), Taxas de Serviços e pelo Poder de Polícia e outros débitos municipais inscritos em dívida ativa.

A certidão expedida em nome de pessoa jurídica abrange todos os estabelecimentos (matriz e filiais) cadastrados no Município de Curitiba.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço https://cnd-cidadao.curitiba.pr.gov.br/Certidao/ValidarCertidao.

Certidão emitida com base no Decreto 619/2021 de 24/03/2021.
Emitida às 16:17 do dia 06/05/2024.
Código de autenticidade da certidão: 5611CCD9D970469A68B249E2AE75E90A70
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Válida até 04/08/2024 – Fornecimento Gratuito

Você também pode validar a autenticidade
da certidão utilizando um leitor de QRCode.

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 11/06/2024 15:42:26.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

39

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: FEDERACAO PARANAENSE DE MOTOCICLISMO
CNPJ: 76.659.572/0001-49

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 00:56:15 do dia 17/01/2024 <hora e data de Brasília>.
Válida até 15/07/2024.
Código de controle da certidão: **982F.7CB7.4143.E103**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 11/06/2024 15:42:26.

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

40

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 033452853-90

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **76.659.572/0001-49**
Nome: **CNPJ NÃO CONSTA NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS/PR**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 03/09/2024 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Emitido via Internet Pública (06/05/2024 16:21:47)

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 11/06/2024 15:42:26.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
COMARCA DE CURITIBA
ESTADO DO PARANÁ

1º OFICIO DISTRIBUIDOR, PART. E CONTADOR JUDICIAL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA
AV. CÂNDIDO DE ABREU, 535 1º ANDAR - FONE: (41) 3027-5253
EDIFÍCIO DO FÓRUM CÍVEL - CENTRO-CÍVICO
CEP: 80530-906
www.1distribuidorcuritiba.com.br

PEDIDO DE CERTIDÕES

EDIFÍCIO DO FÓRUM CÍVEL
AV. CÂNDIDO DE ABREU, 535 - TÉRREO - CEP 80530-906

EMPREGADOS JURAMENTADOS

SANDRA LUCIA PELIKI
LUIZ CARLOS KOFANOVSKI
ISABEL ANGELA WYPYCH
MARIANY BEATRIZ DA SILVA SCAPINELI
FERNANDA GALLASSINI
KARINA BAVARO ALVES

JOSÉ BORGES DA CRUZ FILHO
TITULAR

41

CERTIDÃO NEGATIVA
FEITOS AJUIZADOS

CERTIFICO, a pedido de parte interessada, para FINS GERAIS, que revendo os livros de registros de distribuições físicas e eletrônicas de AÇÕES DE FALÊNCIAS, CONCORDATAS, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL, existentes nesta serventia, dos mesmos NÃO CONSTA qualquer ação contra:

*FEDERACAO PARANAENSE DE MOTOCICLISMO*

CNPJ.76.659.572/0001-49

no período de 18 de março de 1963 (data da instalação deste cartório - Lei No.4.677, de 29/12/62) a 06/05/2024 .

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.

Curitiba, 08 de maio de 2024 .

LUIZ CARLOS KOFANOVSKI
Escrevente Juramentado

1º OFÍCIO DISTRIBUIDOR

Digitally signed by JOSE BORGES DA CRUZ FILHO:31628532904
Date: 2024.05.08 12:54:19 BRT

Emitida por: LUIZ
Lei nº19.803 de 21/Dez/18
Tabela XVI dos Distribuidores nº VI letra a (R$ 42.95)

***** Se impressa, verificar sua autenticidade no http://www.1distribuidorcuritiba.com.br/autentica usando o codigo B0EDCD78 *****

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 11/06/2024 15:42:26.

Federação Paranaense de Motociclismo
Fundada em 04/11/1982
CNPJ 76.659.572/0001-49

FILIADA A

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
(41) 3225-3905 - Curitiba - PR
2º RTD / PG
01 / 03
CURITIBA

42

ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DA FPRM. O PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO PARANAENSE DE MOTOCICLISMO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES ESTATUTÁRIAS, CONVOCA OS PRESIDENTES DOS MOTO CLUBES FILIADOS PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER RELAIZADA NAS DEPENDENCIAS DA SEDE DA FEDERAÇÃO, SITO A RUA IRMÃS PAULINAS, 5043-NOVO MUNDO, CURITIBA/PR NO DIA 06 DE FEVEREIRO DE 2021 ÀS 9:00 HRS, EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO COM A PRESENÇA DE TODOS OS INTEGRANTES, E EM SEGUNDA E ULTIMA CONVOCAÇÃO ÀS 9:30 HRS COM O QUÓRUM PRESENTE. A ASSEMBLEIA TRATARÁ DAS SEGUINTES ORDENS DO DIA: RESUMO 2020, PRESTAÇÃO DE CONTAS, ELEIÇÃO DE NOVA DIRETORIA E ASSUNTOS GERAIS. O PRAZO PARA REGISTRO DAS CHAPAS ENCERRA NO DIA 29 DE JANEIRO DE 2021, DEVERÁ SER FEITA NA SEDE DA FPRM DAS 13:00 ÀS 18:00 HRS. O PRESIDENTE SR. GILBERTO ROSA ABRIU A REUNIÃO ÀS 9:30 HRS, SOLICITOU UM MINUTO DE SILENCIO EM MEMÓRIA DO SR. LADISLAU ALVES DAVID "POLACO PRETO" O QUAL FOI DIRETOR, PRESIDENTE DE MOTO CLUBE, CAMPEÃO PARANAENSE NO ENDURO DE REGULARIDADE, ACIMA DE TUDO UM GRANDE DEFENSOR DO NOSSO ESPORTE. SE FIZERAM PRESENTES O PRESIDENTE DA FPRM GILBERTO ROSA CPF 621.568.619-00, VICE PRESIDENTE VALDECI BUGHI MARTINES CPF CPF 387.938.739-72, PRESIDENTE CONSELHO FISCAL GIULIANO BORAZO CPF 808.510.969-72 RG 5720.924-0, DIGO RG GILBERTO ROSA NR 4.408.734-0 E RG 21306274 VALDECI BUGHI MARTINES, SECRETÁRIA A DOC ADRIANA DACORÉGIO MIKETEN CPF 926.851.299-87 RG 56499938, TRAIL CLUBE DE LONDRINA SR LAERTE LIMA PRADAL CPF 277.540.659-91 RG 1067815-3 PRESIDENTE DO CLUBE, RIO NEGRO MOTO CLUBE PRESIDENTE SR. PAULO CESAR ALMEIDA CPF 815.810.179-87 RG 4727966-6, MOTO CLUBE CIANORTE REPRESENTADO POR SR. KLEBER CONTIERO DUTRA CPF 074.632.469-30 E RG 10626999-8, TRAIL CLUBE DE CURITIBA PRESIDENTE FABIANO VALLE CPF 023.719.949-10 RG 6448547-4, MOTO CLUBE PARANAGUÁ VIA PRESIDENTE LAFAYETTE MACHADO LEANDRO CPF 885.639.289-53 E RG 5.322.633-7, MOTO CLUBE COLOMBO PRESIDENTE MARCELO RODRIGO CARDOSO CPF 914.464.739-53 RG 4964.788-3. O PRESIDENTE FEZ UMA EXPLANAÇÃO DE 2020 SOBRE MOTOCROSS, FALANDO DAS DIFICULDADES ENFRENTADAS NO PERIODO EM VIRTUDE DA PANDEMIA DO CORONA VIRUS COVID-19, PASSOU A

2º RTD - CURITIBA/PR
1143539
PROTOCOLO

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 11/06/2024 15:42:26.

Federação Paranaense de Motociclismo
Fundada em 04/11/1982
CNPJ 76.659.572/0001-49

FILIADA A CBM

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
(41) 3225-3905 - Curitiba - PR
2º RTD / RCPJ 02203 CURITIBA - PR

PALAVRA AO DIRETOR DE ENDURO FIM O QUAL FEZ EXPLANAÇÃO DA MODALIDADE INFORMOU AINDA QUE FORAM REALIZADAS DUAS ETAPAS COM SUCESSO, PASSOU A PALAVRA AO DIRETOR DE ENDURO DE REGULARIDADE O QUAL REALIZOU DUAS ETAPAS BEM SUCEDIDAS, PASSADA A PALAVRA AO PRESIDENTE DO CONSELHO FISCAL SR. GIULIANO BORAZO PARA FAZER A PRESTAÇÃO DE CONTAS, DEPOIS DE TODAS AS EXPLANAÇÕES DE PRAXE FOI APROVADO POR UNANIMIDADE PELA ASSEMBLEIA. O PRESIDENTE INFORMOU QUE OS CLUBES QUE EFETUARAM PAGAMENTO DA ANUIDADE NO ANO DE 2020 ESTARÃO ISENTOS DESSA TAXA NO ANO DE 2021, O SR, PRESIDENTE DEIXOU A DIREÇÃO DA ASSEMBLEIA PARA O SR. LAERTE LIMA PRADAL O QUAL VAI PRESIDIR A ELEIÇÃO PARA O QUADRIÊNIO 2021-2024, O QUAL FEZ APRESENTAÇÃO DA CHAPA RENOVAÇÃO ELEITA POR ACLAMAÇÃO POR TODOS OS PRESENTES. A CHAPA ELEITA É COMPOSTA POR PRESIDENTE GILBERTO ROSA CPF 621.568.619-00 RG 5263300-1, VICE PRESIDENTE GIULIANO BORAZO CPF 808.510.969-72 RG 5720924-0 SEGUNDO VICE PRESIDENTE PAULO CESAR ALMEIDA CPF 815.810.179-87 E RG 4727.796-66, PRIMEIRO SECRETÁRIO MONTEGUTTI CPF 955.404.159-49 E RG 5.116.118-1, SEGUNDO SECRETARIO ALTAIR ROSA CPF 856.991.109-25 E RG 6.022.002-6, MEMBROS DO CONSELHO FISCAL ADRIANA DAORÉGIO MIKETEN CPF 926.851.299-87 RG 5649.993-8, JOVERCI DE CAMARGO CPF 711.334.029-68 RG 4.931.147-8, FABIO PROCOPIO DOS SANTOS CPF 023.569.809-11 RG 7.222.712-3, LAFAYETTE MACHADO LEANDRO CPF 885.639.289-53 RG 5.322.633-7, JORGE LUIZ SILVEIRA FILHO CPF 008.229.679-01 RG 5429.927-3 E FABIO ANDRE LANG CPF 871.869.699-68 G 46.244.325-0. O PRESIDENTE RETORNOU A ASSEMBLEIA ONDE AGRADECEU A CONFIANÇA DE TODOS OS PRESENTES. O PRESIDENTE COLOCOU-SE A DISPOSIÇÃO DOS CLUBES PARA QUALQUER DIFICULDADE QUE VENHAM TER AOS SEUS EVENTOS E COLOCA A ESTRUTURA DA FPRM À DISPOSIÇÃO DOS CLUBES PARA SEUS EVENTOS, SERÁ MONTADO UM COMISSÃO DE ENDURO DE REGULARIDADE. O PRESIDENTE SE DISPÔS A NOVOS PATROCINADORES PARA O ENDURO DE REGULARIDADE, ISENTANDO OS CLUBES QUE ESTIVEREM EM DIA COM A ANUIDADE JUNTO A FPRM, TRAIL CLUBE DE CURITIBA ESTÁ TENTANDO VIABILIZAR MAIS UMA ETAPA DE ENDURO DE REGULARIDADE EM PONTA GROSSA OU GUARAPUAVA/PR O DIRETOR TÉCNICO DE ENDURO FIM ESTÁ VENDO PARA VIABILIZAR UMA ETAPA EM PONTA GROSSA. O PRESIDENTE

2º RTD - CURITIBA/PR
PROTOCOLO 1145539

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 11/06/2024 15:42:26.

Federação Paranaense de Motociclismo
Fundada em 04/11/1982
CNPJ 76.659.572/0001-49

FILIADA A

2º RTD / RCPJ 0203 CURITIBA - PR

INFORMOU QUE A FIM REALIZARÁ NO DIA 27 DE FEVEREIRO DO ANO CORRENTE O CURSO PARA FORMAÇÃO DE NO, DIGO COMISSÁRIO E APURADORES HOMOLOGADOS PELA FIM. O PRESIDENTE DEIXOU A PALAVRA ABERTA PARA QUESTIONAMENTOS, NÃO HOUVE QUESTIONAMENTOS E FORAM DIVULGADAS AS ETAPAS QUE SERÃO REALIZADAS: 05 ENDURO DE REGULARIDADE, 05 ETAPAS DE ENDURO FIM E 05 MOTOCROSS E 05 VELOCROSS. DEU-SE POR ENCERRADA A ASSEMBLEIA. CURITIBA 06 DE FEVEREIRO DE 2021.

PRESIDENTE GILBERTO ROSA Gilberto Rosa
1º VICE PRESIDENTE GIULIANO BORAZO
2º VICE PRESIDENTE PAULO CESAR ALMEIDA
1º SECRETARIO ELIZANDRO MONTEGUTTI
2º SECRETARIO ALTAIR ROSAA
MEMBROS CONSELHO FISCAL:
ADRIANA DACORÉGIO MIKETEN
JOVERCI DE CAMARGO
FABIO PROCOPIO DOS SANTOS
LAFAYETE MACHADO LEANDRO
JORGE LUIZ DA SILVEIRA FILHO
FABIO ANDRE LANG
VALDECI LIMA BUG DIGO VALDECI BUGHI MARTINES
TRAIL CLUBE LONDRINA LAERTE LIMA PRADAL
TRAIL CLUBE CIANORTE KLEBER DUTRA CONTIERO
TRAIL CLUBE CURITIBA FABIANO VALLE
MOTO CLUBE COLOMBO MARCELO RODIGO CARDOSO
TRAIL CLUBE CURITIBA CLEBER FELTRACO

2º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS DE CURITIBA
ELISA DE FATIMA ERDECKE AZEVEDO
OFICIAL DE REGISTRO
RUA MONSENHOR CELSO, 201 | 8º ANDAR
CEP 80060-150 | CURITIBA | PR.
41 3023-2444 | 41 99575-2444

PROTOCOLO Nº 1.143.539
AVERBADO AO REGISTRO Nº 3.910
DISTRIBUIÇÃO Nº 115000001860
Curitiba-PR, 11 de março de 2021

Francisco Cesar Cecilio
Escrevente

Emolumentos: R$21,70 (VRC 3,00) Funrejus: R$9,04, ISS: R$0,87, FADEP: R$1,09, Funarpen : R$1,32

Selo: 1813078PJAA00000000845216

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS 2º OFICIO CURITIBA - PR

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
(41) 3225-3905 - Curitiba - PR

2º RTD - CURITIBA/PR
1143539
PROTOCOLO

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 11/06/2024 15:42:26.

PROTOCOLO Nº 3406/2024
INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS

45

1) OBJETIVO: Contratação Pessoa Jurídica, especializada em secretaria de prova, cronometragem, direção de prova e comissários para a Etapa do Campeonato Paranaense de Velocross 2024, a realizar-se nos dias 28–29 e 30/06/2024, conforme legislação da Federação Paranaense de Motociclismo e calendário do campeonato.

2) MODALIDADE: Inexigibilidade.

3) VALOR MÉDIO ESTIMADO: R$47.000,00 (quarenta e sete mil)

4) FORMA DE PAGAMENTO: Em até 30 (trinta) dias após emissão de Nota Fiscal.

5) DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Conforme LOA 2024

09002.27812.0011-2025 3390390000

6) RECURSOS ORÇAMENTARIOS:

Saldo Atualizado em 12 / 06 / 24 às ____ : ____ hrs R$ 133.662,20

(X) Há disponibilidade.
( ) Não há disponibilidade.
( ) Quando se tratar de Registro de Preços o Saldo Orçamentário deverá ser consultado no momento da emissão do contrato/Empenho.
( ) Necessita suplementação.

José Luiz de Barros
Contador CRC/PR 049922/O-8
Matrícula 35076-1
12 / 06 / 24

7) RECURSOS FINANCEIROS:

(X) Há previsão de recursos financeiros e será incluído na Programação de acordo com a disponibilidade .
( ) Não há previsão recursos financeiros.

8) Declaramos que a análise da regularidade orçamentária e legal foi feita pelo órgão solicitante, de acordo com as informações constantes no processo e epígrafe, em conformidade com o que dispões os Arts. 16 e 17 da LC 101/00.

Silvana Teixeira Jung
Secretária Municipal de Administração e Finanças
Decreto 229/2023
12 / 06 / 2024

Prefeitura de PIÊN

Secretaria de Administração e Finanças
Assessoria de Licitações e Contratos

DESPACHO PARA INEXIGIBILIDADE

46

PROTOCOLO Nº 3406/2024

OBJETO Contratação Pessoa Jurídica, especializada em secretaria de prova, cronometragem, direção de prova e comissários para a Etapa do Campeonato Paranaense de Velocross 2024, a realizar-se nos dias 28–29 e 30/06/2024, conforme legislação da Federação Paranaense de Motociclismo e calendário do campeonato

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.133/21

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
I - Aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos

RAZÃO ESCOLHA DO CONTRATADO:
A Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer solicita a contratação Pessoa Jurídica para realizar serviços especializados de secretaria de prova, cronometragem, direção de prova e comissários para a Etapa do Campeonato Paranaense de Velocross 2024, cuja realização se dará nos dias 28-29 e 30 de junho de 2024, conforme legislação da Federação Paranaense de Motociclismo. A realização da etapa do Campeonato Paranaense de Velocross faz parte de uma das ações da Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer visando fomentar a prática do esporte que é praticado e apreciado por muitos atletas do município, bem como, em razão de que, por tratar-se de uma competição a nível estadual, tal evento atrai grande número de público, o que é bastante importante para a economia do nosso Município gerando também renda e oportunidade de trabalho para os munícipes. A escolha da Federação Paranaense de Motociclismo, se dá em razão desta ser única Entidade, credenciada para dirigir, coordenar, planificar, autorizar e supervisionar as atividades desta modalidade de motociclismo no Estado do Paraná.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO:
O preço está dentro do praticado atualmente no mercado da região.

DOCUMENTOS DO PROCESSO
[x] Requerimento e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo.
[x] Estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei.
[x] Demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido – Informações Orçamentárias e Financeiras.
[x] Comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária – Certidões de Regularidade Fiscal e Trabalhista.
[x] Autorização da autoridade competente.
[ ] No mínimo 3 (três) orçamentos/cotações.
[x] Contrato Social/Requerimento do empresário/Estatuto.
[ ] Publicação em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, nos termos do art. 75, § 3º da Lei nº 14.133/21.

Piên, 12 de junho de 2024

EDUARDO DUARTE SCHEIVARASKI
Agente de contratação
Decreto nº 24, de 23 de janeiro de 2024

Rua Amazonas, 373
Centro, Piên - PR
83.860-000
(41) 3632-1136

Protocolo: 3406/2024
Assunto: *"contratação de cronometragem, direção de prova e comissários para a Etapa do Campeonato Paranaense de Velocross 2024".*
Requerente: Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer.
Modalidade: Inexigibilidade

48

Parecer Jurídico

1. Relatório

Trata-se de consulta jurídica formulada pela Secretaria requerente para abertura de processo para "*contratação de cronometragem, direção de prova e comissários para a Etapa do Campeonato Paranaense de Velocross 2024".*

O processo veio acompanhado do requerimento da secretária municipal e termo de referência, informações orçamentárias e financeiras para custear a demanda e consulta nas certidões de regularidade fiscal e trabalhista.

2. Passamos a análise jurídica

As aquisições e contratações públicas seguem, em regra, o princípio do dever de licitar, previsto no artigo 37, inciso XXI da Constituição. Porém, o comando constitucional já enuncia que a lei poderá estabelecer exceções à regra geral, com a expressão "*ressalvados os casos especificados na legislação*".

De acordo com Lei nº 14.133/21, a licitação é dispensada (ou dispensável) nas hipóteses descritas no art. 75 e, quanto a inexigibilidade, constante no art. 74 do referido diploma legal, dispõe que "*é inexigível a licitação quando inviável a competição*".

Cabe esclarecer que a licitação é inexigível quando ocorre, no caso concreto, circunstâncias especiais, de fato ou de direito, previstas em lei, as quais se revelam inviabilizadoras de competição, afastam peremptoriamente a licitação, consubstanciando numa presunção relativa de que a licitação não pode ser realizada em razão do objeto ou em razão da pessoa ou em razão de situações excepcionais.

Quanto ao tema, a legislação preceitua no art. 74, I, da Lei 14.133/21, que:

> Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
> I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos; (...)

No caso concreto, existe declaração da Confederação Brasileira de Motociclismo informando que a Federação Paranaense de Motociclismo é a única e "exclusiva representante legal da CBM autorizada a realizar, organizar, supervisionar e regulamentar todos os eventos motociclísticos no Estado

Rua Amazonas, 373
Centro, Piên - PR
83.860-000
(41) 3632-1136

do Paraná no ano de 2024", e, por isso, resta configurada a inviabilidade de competição disposta no *caput* do art. 74.

Além disso, as irregularidades na contratação poderão configurar crime previsto no art. 337-E do Código Penal e, de maneira solidária, o contratado e o agente público responsável poderão responder pelo eventual dano causado ao erário, vejamos: 49

> **Contratação direta ilegal**
> Art. 337-E. Admitir, possibilitar ou dar causa à contratação direta fora das hipóteses previstas em lei:
> Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa.

Por fim, importante mencionar, que o art. 73 da referida Lei de Licitações prevê que se o gestor vier a contratar diretamente fora dos parâmetros e requisitos autorizados expressamente neste diploma, o contratado e o agente público "*responderão solidariamente pelo dano causado ao erário, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis*".

3. Conclusão

Dessa forma, entendemos que o processo em comento atende os princípios insculpidos no inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal e, diante da inviabilidade de competição apresentada nos autos, **opinamos pela legalidade da contratação direta**, neste caso, por inexigibilidade de licitação para atender a demanda apresentada pela Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer, com base no permissivo legal expresso no art. 74, *caput*, I, da Lei nº 14.133/21.

Ressalta-se, por fim, que os critérios e a análise de mérito (oportunidade e conveniência do pedido) constituem análise técnica da Secretaria solicitante, bem como a verificação das dotações orçamentárias e especificidade ou cumulação do objeto do procedimento, pelo que o presente opinativo se cinge exclusivamente aos contornos jurídicos formais do caso em comento.

S.M.J. É o parecer.

Piên, 14 de junho de 2024.

Naiany Caroline de Araujo
Procuradora Jurídica
OAB/PR 111.206

Eduardo Araujo
Procurador Jurídico
OAB/PR 58.418

Prefeitura de
PIÊN

MUNICÍPIO DE PIÊN
ESTADO DO PARANÁ

PROTOCOLO N° 3406/2024

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 065/2024 50

Inexigibilidade de Licitação, na forma do Art. 74° caput I, da Lei Federal 14.133/21.

Objeto: Contratação Pessoa Jurídica, especializada em secretaria de prova, cronometragem, direção de prova e comissários para a Etapa do Campeonato Paranaense de Velocross 2024, a realizar-se nos dias 28–29 e 30/06/2024, conforme legislação da Federação Paranaense de Motociclismo e calendário do campeonato..

PESSOA JURÍDICA: FEDERAÇÃO PARANAENSE DE MOTOCICLISMO

CNPJ: 76.659.572/0001-49

VALOR: R$ 47.000,00 (quarenta e sete mil)

Dotação Orçamentária:

09002.27812.0011-2025 3390390000

Condição de Pagamento: Depósito bancário em até 30 dias após o recebimento da N.F.

Piên/PR, 14 de junho de 2024

Maicon Grosskopf
Prefeito Municipal

Prefeitura de
PIÊN

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Compras e Licitações

51

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Ratifico por este termo, a Inexigibilidade de Licitação **Nº 065/2024**, que tem como objeto Contratação Pessoa Jurídica, especializada em secretaria de prova, cronometragem, direção de prova e comissários para a Etapa do Campeonato Paranaense de Velocross 2024, a realizar-se nos dias 28–29 e 30/06/2024, conforme legislação da Federação Paranaense de Motociclismo e calendário do campeonato. em favor do proponente **FEDERAÇÃO PARANAENSE DE MOTOCICLISMO. _CNPJ: 76.659.572/0001-49** no valor total de R$ 47.000,00 (quarenta e sete mil). com base no caput I do Art. 74, da Lei Federal 14.133/21 e suas alterações posteriores, de acordo com parecer da Procuradoria Jurídica e tendo em vista os elementos que instruem o protocolo administrativo nº 3406/2024

Maicon Grosskopf

Prefeito Municipal

CONTRATAÇÃO DIRETA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 065/2024

PROTOCOLO: 3406/2024

Objeto Contratação Pessoa Jurídica, especializada em secretaria de prova, cronometragem, direção de prova e comissários para a Etapa do Campeonato Paranaense de Velocross 2024, a realizar-se nos dias 28–29 e 30/06/2024, conforme legislação da Federação Paranaense de Motociclismo e calendário do campeonato.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN-PR

PESSOA JURÍDICA: FEDERAÇÃO PARANAENSE DE MOTOCICLISMO

CNPJ: 76.659.572/0001-49

VALOR: R$ 47.000,00 (quarenta e sete mil)

AUTORIZAÇÃO 14/06/2024

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CONTRATAÇÃO DIRETA
Dispensa de Licitação N° 039/2024

PROTOCOLO: 3432/2024

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de Buffet – jantar

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN-PR.

CONTRATADA: GALPÃO RESTAURANTE E CHOPERIA LTDA
CNPJ: 33.949.101/0001-62
VALOR: R$ 1.350,00 (mil e trezentos e cinquenta)

AUTORIZAÇÃO: 14/06/2024

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:4018C671

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 065/2024

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CONTRATAÇÃO DIRETA
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 065/2024

PROTOCOLO: 3406/2024

Objeto Contratação Pessoa Jurídica, especializada em secretaria de prova, cronometragem, direção de prova e comissários para a Etapa do Campeonato Paranaense de Velocross 2024, a realizar-se nos dias 28–29 e 30/06/2024, conforme legislação da Federação Paranaense de Motociclismo e calendário do campeonato.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN-PR

PESSOA JURÍDICA: FEDERAÇÃO PARANAENSE DE MOTOCICLISMO
CNPJ: 76.659.572/0001-49
VALOR: R$ 47.000,00 (quarenta e sete mil)

AUTORIZAÇÃO 14/06/2024

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:C2193B9D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO N° 200 DE 14 DE JUNHO DE 2024.

DECRETO N° 200 DE 14 DE JUNHO DE 2024.

NOMEIA FRANCIELLE LISBOA DA SILVA ZANQUETA para ocupar O CARGO EFETIVO DE MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

O Prefeito Municipal de Piên, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o resultado do Concurso Público nº 001/2023, homologado pelo Edital 016/2023 e os procedimentos preliminares adotados pela Area de Recursos Humanos,

DECRETA:

Art. 1° Fica nomeada a senhora **Francielle Lisboa da Silva Zanqueta** portadora do CPF 112.209.309-89 classificada em 18° lugar, para ocupar o cargo de **Monitor de Educação Infantil** a contar de 17 de junho de 2024, segundo as normas estabelecidas nas Leis Municipais 960/2007 e 1.078/2010.
Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3° Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 14 de junho de 2024.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

53

Publique-se e registre-se.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Márcia Zigovski
Código Identificador:529453BF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EDITAL 019/2024 - CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO

CONCURSO PÚBLICO 01/2023

EDITAL 019/2024 - CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO

O Prefeito Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, considerando o resultado do Concurso Público - Edital nº 001/2023, homologado pelo Edital 016/2023, de 03 de julho de 2023,

RESOLVE:
Convocar os candidatos a seguir relacionados para comparecer na Area de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, situada na Rua Amazonas, nº 373 – Centro – Piên/PR, a partir do dia **17 de junho de 2024**, no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:00 as 17:00, para apresentação de documentos e para realização da avaliação médica pré-admissional:

Cargo: Monitor de Educação Infantil

Classificação	Nome do Candidato
20°	DÉBORA DO ROCIO PADILHA

Cargo: Motorista

Classificação	Nome do Candidato
27°	DJONE FERNANDO MICHALESWKI WAGNER

Cargo: Auxiliar Administrativo AFRO

Classificação	Nome do Candidato
4°	HELIO PEREIRA DE OLIVEIRA JÚNIOR

Cargo: Professor

Classificação	Nome do Candidato
35°	KAROLINE DOS SANTOS GONCALVES

Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, em 14 de junho de 2024.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Publicado por:
Márcia Zigovski
Código Identificador:203F911B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO

CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
DIÁRIA 14/2024

AUTORIZAÇÃO DE DIARIA
LEI MUNICIPAL N.º 498/2016 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016
PUBLICADA EM 18/06/2018

54

CONTRATO Nº 067/2024
REFERENTE A INEXIGIBILIDADE Nº 065/2024

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI FIRMAM O MUNICÍPIO DE PIÊN E A EMPRESA FEDERAÇÃO PARANAENSE DE MOTOCICLISMO.

Pelo presente instrumento particular de prestação de serviços que entre si celebram, de um lado o **MUNICÍPIO DE PIÊN**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 76.002.666/0001-40, com sede à Rua Amazonas, 373, Centro, Piên/PR, neste ato representado pelo seu Prefeito Sr. **MAICON GROSSKOPF**, portador da CI nº 10094176-7, inscrito no CPF/MF sob o nº 080.278.589-17, residente e domiciliado nesta cidade, assistido pela Procuradora Jurídica Sra. Naiany Caroline de Araujo, OAB/PR nº 111.206/PR em conjunto com a Secretária Municipal de Esporte, Cultura e lazer Sra. Adriana de Fátima Fragoso Bueno Franco, portadora do CPF nº 014.410.989-17, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro a empresa **FEDERAÇÃO PARANAENSE DE MOTOCICLISMO**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º 76.659.572/0001-49, estabelecida na Rua Maria Trevisan Tortato, nº 965, Bairro Novo Mundo, em Curitiba/PR, Cep: 81020-000, Fone (41) 3267-5330, e-mail: fprm@fprm.com.br neste ato representado pelo Sr. Gilberto Rosa, inscrito no CPF sob nº. 621.568.618-00 doravante denominado simplesmente **CONTRATADO**, resolvem celebrar o presente contrato, nos termos do artigo 89 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, e suas alterações, resoluções e demais normas vigentes e aplicáveis ao objeto da presente contratação, decorrente da INEXIGIBILIDADE Nº 065/2024 devidamente homologada pelo CONTRATANTE mediante as cláusulas expressas a seguir, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades de ambas as partes.

DO OBJETO E SEUS ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS (Art. 92, Lei 14.133/2021)

Cláusula primeira: O presente contrato tem por objeto a Contratação de Pessoa Jurídica, especializada em secretaria de prova, cronometragem, direção de prova e comissários para a Etapa do Campeonato Paranaense de Velocross 2024, a realizar-se nos dias 28–29 e 30/06/2024, conforme legislação da Federação Paranaense de Motociclismo e calendário do campeonato, o qual faz parte integrante deste contrato, bem como, demais disposições reguladoras a Lei nº14.133/2021.

Parágrafo Primeiro: As especificações do serviço seguem conforme descrição abaixo:

CUSTOS PARA REALIZAÇÃO DE PROVA

Alvará de Prova "FPRM"	**R$ 1.500,00**
Taxa de Realização de Prova (Secretaria, Cronometragem e Direção de Prova	**R$ 10.000,00**
Ajuda de Custos (Premiação de Pilotos)	**R$ 10.000,00**
Montagem e desmontagem do material (ESTRUTURA)	**R$ 2.000,00**
Som e Locução	**R$ 5.000,00**
Troféus	**R$ 5.000,00**
Despesas de translado	**R$ 1.500,00**
Transmissão de TV	**R$ 12.000,00**
TOTAL: R$ 47.000,00 (quarenta e sete mil reais).	

Parágrafo Segundo: Itens de responsabilidade do Moto Clube, conforme orçamento fornecido a Prefeitura e anexo a esse contrato.

DA ENTREGA E EXECUÇÃO (Art. 140, Lei 14.133/2021)

Cláusula segunda: A CONTRATADA, através do presente CONTRATO, obriga-se a prestar os serviços indicados na Cláusula Primeira, obedecendo às diretrizes previamente designadas pelo CONTRATANTE, especialmente no que diz respeito nas disposições contidas na Lei nº 13.019/2014 e da Lei nº 14.133/2021 e quanto às especificações da Inexigibilidade que deu origem ao presente instrumento.

DA FISCALIZAÇÃO (Art. 140, Lei 14.133/2021)

Cláusula Terceira: Fica designada como fiscal do contrato ALEXANDRA APARECIDA DA CRUZ LAURINDO – Assessor de área III - Cultura – Matrícula 4765897.

Parágrafo Primeiro: A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 140 da Lei nº 14133/21.

Parágrafo Segundo: O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

DO PRAZO DE VIGÊNCIA E CONDIÇÕES DE PRORROGAÇÃO

Cláusula Quarta: O contrato firmado entre as partes terá vigência de 30 (trinta) dias, com início a partir da publicação do contrato podendo ser prorrogado pelo mesmo período caso necessário.

Parágrafo Primeiro: A CONTRATADA se compromete a fornecer os produtos/serviços durante o prazo da vigência do Contrato;

Parágrafo Segundo: A execução do contrato deverá ser iniciada mediante ordem de fornecimento emitida pelo fiscal do contrato designado pela Secretaria solicitante;

Parágrafo Terceiro: A execução do contrato antes de emitida a ordem de fornecimento, nos termos do parágrafo anterior, é de responsabilidade única e exclusiva do CONTRATADO, não obrigando a CONTRATADA a adiantar os pagamentos.

Parágrafo Quarto: No caso de execução antecipada, antes da ordem de fornecimento ser emitida, nos moldes do parágrafo sexto, quando houver a existência de recursos vinculados, a CONTRATADA, desde logo, fica ciente de que o pagamento dos valores atrelados a receitas vinculadas somente será efetuado quando o recurso financeiro estiver disponibilizado em caixa da prefeitura, correndo por sua conta e risco a execução antecipada do contrato.

DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES PAGAMENTO (Art. 141, Lei 14.133/2021).

Cláusula Quinta: O valor total do contrato é de R$ 47.000,00 (quarenta e sete mil reais) no qual se inclui todos os tributos, diretos ou indiretos, sobre a execução do objeto.

Parágrafo Primeiro: O pagamento será efetuado através de depósito bancário, em até 30 (trinta) dias contados da apresentação da nota fiscal/fatura, conforme disponibilidade financeira na fonte de recursos, no protocolo financeiro da Prefeitura, desde que devidamente atestada pela Secretaria solicitante e anexada às provas de regularidade relativa a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União referente a todos os tributos federais e à

Dívida Ativa da União - DAU, abrangendo inclusive as contribuições sociais – INSS, de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, Tributos Municipais e Tributos Estaduais e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

Parágrafo Segundo: Se o término do prazo para pagamento ocorrer em dia sem expediente no órgão licitante, o pagamento deverá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente.

Parágrafo Terceiro: Em caso de irregularidade na execução do objeto e/ou na documentação fiscal. O prazo de pagamento será contado a partir da(s) correspondente(s) regularização(ões).

Parágrafo Quarto: Em caso de atraso de pagamento em relação ao prazo estabelecido nesta cláusula, o valor da nota fiscal poderá ser atualizado monetariamente pelo INPC (Índice Nacional de Preço ao Consumidor), entre a data em que deveria ter sido adimplida a obrigação e o efetivo pagamento (Lei Federal 14.333/2021).

Parágrafo Quinto: No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro, manutenção, instalação, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação, inclusive todo o material e equipamento necessário para a execução dos serviços.

Parágrafo Sexto: Nos termos do Decreto Municipal nº 157/2023, a administração contratante procederá a retenção do Imposto de Renda de pessoas jurídicas na fonte tanto para bens quanto prestação de serviços, inclusive obras de construção civil, salvo imunidade, isenção e/ou dispensa prevista em legislação em vigor conforme Instrução Normativa nº 1234, de 2012 da Receita Federal do Brasil.

DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS (Art. 141, V, Lei 14.133/2021).

Cláusula Sétima: As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do crédito indicado pelo código: 09.002.27.812.0011.2025. 3.3.90.39.00.00.

DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Cláusula Oitava: Constitui direitos de o MUNICÍPIO receber o objeto deste contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

Parágrafo Primeiro – O contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

A CONTRATADA obriga-se a seguir o disposto no Contrato;

a) Assumir integral responsabilidade pela boa e eficiente execução dos serviços, na forma do que dispõe a legislação em vigor, sendo responsável pelo bom andamento do evento, prova, e campeonato organizado e executado pela mesma.
b) Implementar todas as medidas de segurança para realização de eventos com público e arquibancadas previstas em normas reguladoras aplicáveis, bem como, quanto a recomendações de órgãos de defesa civil e Corpo de Bombeiros;
c) Implementar todas as medidas de segurança para proteção da integridade do público e dos atletas participantes dos eventos, sendo responsável por isolar espaços de risco e impedir acesso de pessoas não autorizadas e garantir as condições de segurança para realização das provas e do evento em geral.
d) Observar, durante a execução dos serviços contratados, o fiel cumprimento de todas as leis federais, estaduais e municipais vigentes, inclusive sanitárias, ou que venham a vigir, sendo a única responsável pelas infrações que venham a ser cometidas;
e) Assumir todo ônus decorrente de ações judiciais, proveniente de danos causados pela má execução do contrato, que possam vir a ser imputados ao CONTRATANTE por terceiros;

f) Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas e com as exigências do Edital e seus anexos, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
g) Manter preposto responsável pela execução do contrato, aceito pelo CONTRATANTE, durante o período de vigência do contrato, para representá-la sempre que for preciso;
h) Comunicar por escrito, ao Gestor/Fiscal do CONTRATANTE para fiscalizar e acompanhar a execução contratual, qualquer anormalidade ou impropriedade verificada e prestar os esclarecimentos necessários, para deliberação e mudança dos detalhes por parte do CONTRATANTE, durante a fase de planejamento do evento;
i) Reparar todo e qualquer dano que venha a ser causado em razão da má execução dos serviços objeto da contratação, suportando os prejuízos decorrentes da ação ou omissão da CONTRATADA;
j) Assumir e responsabilizar-se por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Município de Piên;
k) Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;
l) Cumprir rigorosamente todas as programações e prazos de atividades compreendidas no objeto deste contrato, solicitar em tempo hábil todas as informações e providências necessárias;
m) Todas as despesas decorrentes de alimentação, hospedagem e transporte de seus colaboradores correrão por conta da Contratada, bem como a responsabilidade civil e trabalhistas das atividades realizadas durante o evento;
n) Contatar com a CONTRATANTE, antes de iniciar os serviços, no sentido de acertar no local dos mesmos e os detalhes da execução;
o) Divulgar os materiais de áudio e vídeo de promoção do Município de Pien, ora CONTRATANTE em seus canais de transmissão ao vivo e chamadas.

Parágrafo Segundo: ***Constituem obrigações da CONTRATANTE:***

a) Efetuar os pagamentos na forma e prazos convencionados;
b) Emitir a Requisição de Empenho para início dos serviços e disponibilizar, em tempo hábil, todos os locais necessários à perfeita execução dos serviços;
c) Fornecer à CONTRATADA todos os esclarecimentos, informações, dados, elementos, necessários para a execução dos serviços, pelo contratado;
d) Fiscalizar a execução do objeto deste Contrato podendo, em decorrência, solicitar fundamentalmente, à CONTRATADA, providências cabíveis para correção ou adequação de procedimentos, as quais a mesma possuirá no prazo mínimo necessário;
e) Notificar à Contratada qualquer irregularidade encontrada na execução do Contrato;

DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (Título IV, Capítulo I, Lei 14.133/2021)

Cláusula Nona: Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;
b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) der causa à inexecução total do contrato;
d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação quando convocado dentro do prazo de validade da sua proposta;
g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Cláusula Décima: Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

Parágrafo Primeiro: **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

Parágrafo Segundo: **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c", "d", "e", "f", e "g" da cláusula nona deste contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

Parágrafo Terceiro: **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "h", "i", "j", "k" e "l" da cláusula nona deste contrato, bem como nas alíneas "b", "c", "d", "e", "f", e "g", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Parágrafo Quarto: **Multa**:
I – **Moratória**:
a) Moratória de 3 % (três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor integral do contrato, até o limite de 20 (vinte) dias;
b) Moratória de 5 % (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor integral do contrato, até o limite máximo de 10 (dez) dias, pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;
c) Moratória de 2 % (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor integral do contrato, até o limite máximo de 30 (trinta) dias, pela inobservância do prazo fixado pelo fiscal do contrato para sanar alguma irregularidade do objeto contratual e/ou apresentação de documentação solicitada.
d) O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do artigo 137 da Lei n.º 14.133, de 2021.

II – **Compensatória**:
a) Para a infração descrita na alínea "a" da cláusula nona, a multa compensatória será de 8% (oito por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato.
b) Para a infração descrita na alínea "b" da cláusula nona, a multa compensatória será de 15% (quinze por cento) a 30% do valor do contrato.
c) Para a infração descrita na alínea "c" da cláusula nona, a multa compensatória será de 20% (vinte por cento) a 30% do valor do contrato.
d) Para a infração descrita na alínea "d" da cláusula nona, a multa compensatória será de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor do contrato.
e) Para as infrações previstas nas alíneas "e"; "f"; e "g" da cláusula nona, a multa compensatória será de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor do contrato.
f) Para as infrações previstas nas alíneas "h"; "i"; "j"; "k"; e "l" da cláusula nona, a multa compensatória será de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

Parágrafo Quinto: A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao contratante, nos moldes do previsto no artigo 156, parágrafo 9.º da Lei n.º 14.133, de 2021.

Parágrafo Sexto: Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, conforme previsto no artigo 156, parágrafo 7.º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

Parágrafo Sétimo: Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, nos moldes do disposto no artigo 157, da Lei n.º 14.133, de 2021.
Parágrafo Oitavo: Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo contratante ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

Parágrafo Nono: Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de *30 (trinta)* dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

Parágrafo Décimo: A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do artigo 158 da Lei n.º 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Parágrafo Décimo-Primeiro: Na aplicação das sanções serão considerados:
I – a natureza e a gravidade da infração cometida.
II – as peculiaridades do caso concreto.
III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes.
IV – os danos que dela provierem para o contratante.
V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Parágrafo Décimo-Segundo: Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

Parágrafo Décimo-Terceiro: A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

Parágrafo Décimo-Quarto: Qualquer penalidade aplicada deverá ser registrada; tratando-se de penalidade que implique no impedimento de licitar e contratar com o Município, ou de declaração de inidoneidade, será obrigatória a comunicação do ato ao Tribunal de Contas do Estado.

Parágrafo Décimo-Quinto: O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

Parágrafo Décimo-Sexto: As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

DOS CASOS DE RESCISÃO E DO RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO (Arts. 104 e 137, Lei 14.133/2021).

Cláusula Décima-Primeira: O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

Parágrafo Primeiro: O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

Parágrafo Segundo: O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem. Nesta hipótese, a extinção ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

Parágrafo Terceiro: Caso a notificação da não-continuidade do contrato, nos termos do parágrafo anterior, ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data de comunicação.

Parágrafo Quarto: O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes

do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa, aplicando-se também os artigos 138 e 139 da mesma lei.

Parágrafo Quinto: A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

Parágrafo Sexto: No caso do parágrafo anterior, se a modificação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

Parágrafo Sexto: O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:
I – Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
II – Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
III – Indenizações e multas.

Parágrafo Sétimo: A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (artigo 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

Parágrafo Oitavo: O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL (Art. 75, Lei 14.133/2021).

Cláusula Décima Segunda: O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei 14.133 de 01/04/2021, suas alterações e, pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos, as disposições de Direito Privado, Código de Defesa do Consumidor, Código Civil a Lei Orgânica e demais normas aplicáveis à espécie do Município de Piên/Pr.

Parágrafo Único: Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de Direitos.

DA OBRIGAÇÃO DO CONTRATADO (Art. 89, Lei 14.133/2021).

Cláusula Décima Terceira: Fica o CONTRATADO obrigado a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato.

DO FORO (Art. 89 § 1º, Lei 14.133/2021).

Cláusula Décima Quarta Concorda o CONTRATADO quanto ao foro privilegiado atribuído ao CONTRATANTE, qual seja o Foro de Rio Negro, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba/PR, para dirimir eventuais questões oriundas do presente contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

DO FORO (Art. 89 § 1º, Lei 14.133/2021).

Cláusula Décima Quinta: Concorda o CONTRATADO quanto ao foro privilegiado atribuído ao CONTRATANTE, qual seja o Foro de Rio Negro, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba/PR, para dirimir eventuais questões oriundas do presente contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado

Piên/PR, 17 de junho de 2024

MAICON GROSSKOPF
Prefeito
CONTRATANTE

FEDERACAO PARANAENSE DE MOTOCICLISMO:76659572000149
Assinado de forma digital por FEDERACAO PARANAENSE DE MOTOCICLISMO:76659572000149
Dados: 2024.06.18 13:43:08 -03'00'

FEDERAÇÃO PARANAENSE DE MOTOCICLISMO
CONTRATADO

NAIANY CAROLINE DE ARAUJO
Procuradoria Jurídica
OAB/PR 111206

ADRIANA DE F. FRAGOSO BUENO FRANCO
Secretária de Esporte, Cultura e Lazer
Decreto nº 064/2021

TESTEMUNHAS:

Nome: Alexandra Aparecida da Cruz Laurindo Assinatura:

Nome: Eduardo Duarte Scheivaraski Assinatura:

Federação Paranaense de Motociclismo
Fundada em 04/11/1982
CNPJ 76.659.572/0001-49

FILIADA A

62

CAMPEONATO PARANAENSE DE VELOCROSS 2024
CUSTOS PARA REALIZAÇÃO DE PROVA

Alvará de Prova "FPRM"	R$ 1.500,00
Taxa de Realização de Prova (Secretaria, Cronometragem e Direção de Prova)	R$ 10.000,00
Ajuda de Custos (Premiação de Pilotos)	R$ 10.000,00
Montagem e desmontagem do material (ESTRUTURA)	R$ 2.000,00
Som e Locução	R$ 5.000,00
Troféus	R$ 5.000,00
Despesas de translado	R$ 1.500,00
Transmissão de TV	R$ 12.000,00
TOTAL:	**R$ 47.000,00**

(quarenta e sete mil reais).

OBS. Os valores acima deverão ser depositados 30 dias antes do evento.

Itens de responsabilidade do Moto Clube, Promotor ou Prefeitura.

- Cartazes, panfletos, faixas.
- Construção ou Reparos na pista
- Seguranças (sexta, sábado e domingo)
- 02 segurança noturno.
- Arquibancada (Opcional)
- Hotel e Alimentação:

Construtor de pista (dias que se fizerem necessário dependendo do local e condições).
Equipe de montagem da estrutura de quarta a domingo que antecede o evento (3 pessoas).
Equipe de trabalho da FPrM sexta a domingo (15 pessoas)

- 10 pessoas para trabalhos na Pista (do começo ao final)
- 20 pessoas para trabalhar como Bandeirinhas (sábado e domingo)
- Médico e enfermeiro de plantão durante o evento (sábado e domingo).
- 02 Ambulâncias de plantão
- 01 UTI Móvel e 4 socrristas
- Máquinas para Confecção e ou manutenção da Pista
- Máquina Pá de plantão (sexta, sábado e domingo)
- 4 Caminhão Pipa (sexta, sábado e domingo).
- Área reservada para Deficientes Físicos
- Área reservada para Extintores Industriais
- 30 pontos de água (Box)
- 30 pontos de luz (Box)
- Pista e Box isolada do Público (cercada)
- 500 estacas de 50cms e 40 estacas de 1,20mts
- Internet de boa qualidade.
- 10 banheiros químicos (5 femininos e 5 masculinos)
- 10 chuveiros químicos (5 femininos e 5 masculinos)

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 11/06/2024 15:42:26.

Publicado por:
Aliane Cristina Lavarda
Código Identificador:3475FCD5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO 033/2024

O Prefeito de Piên, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, HOMOLOGA o **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2024**, o qual tem como objeto o "**Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte de passageiros em ônibus, micro-ônibus ou vans, em viagens esporádicas, em atendimento as Secretarias Municipais.**", e ADJUDICA o objeto em favor da seguinte empresa:

LUCIANE MALINOVSKI PACHECO 00438743989, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 41.485.403/0001-55, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 56.630,00 (cinquenta e seis mil e seiscentos e trinta reais);

O processo atendeu a legislação pertinente em toda sua tramitação, conforme Parecer da Procuradoria Geral do Município em anexo ao processo.

Piên/PR, 17 de junho de 2024.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:08ADD78C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PREGÃO ELETRÔNICO 036/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2024
POR ITEM

OBJETO: Registro de Preços para eventual aquisição de eletroeletrônicos, eletrodomésticos e equipamentos para atender as necessidades das Secretarias Municipais. **Entrega das propostas**: a partir 18/06/2024 no site Bolsa Brasil de Licitações - BLL. **Abertura das Propostas**: 01/07/2024 às 09h30 (horário de Brasília) no site já citado.

Piên/PR, 17 de junho de 2024.

EDUARDO DUARTE SCHEIVARASKI
Pregoeiro Municipal

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:051728D6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2024
POR ITEM

OBJETO: Registro de preços para eventual aquisição e implantação de 07 (sete) "ECOPONTO" com cinco módulos, para seis tipos de materiais. **Entrega das propostas**: a partir 18/06/2024 no site Bolsa Brasil de Licitações - BLL. **Abertura das Propostas**: 02/07/2024 às 09h30 (horário de Brasília) no site já citado.

Piên/PR, 17 de junho de 2024.

EDUARDO DUARTE SCHEIVARASKI
Pregoeiro Municipal

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:21B41F36

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DISPENSA DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO

63

CONTRATO Nº 067/2024
MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE Nº 065/2024

Contratado: FEDERAÇÃO PARANAENSE DE MOTOCICLISMO
CNPJ: 76.659.572/0001-49
Objeto: Contratação de Pessoa Jurídica, especializada em secretaria de prova, cronometragem, direção de prova e comissários para a Etapa do Campeonato Paranaense de Velocross 2024, a realizar-se nos dias 28–29 e 30/06/2024.

Valor: R$ 47.000,00 (quarenta e sete mil reais).
Prazo de Vigência: 30 (trinta) dias, a contar da data de sua publicação.

Data de assinatura: 17 de junho de 2024.

COORDENAÇÃO DE CONTRATOS.

COMPRAS E LICITAÇÕES

Publicado por:
Eduardo Duarte Scheivaraski
Código Identificador:C5012EB0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. 2995/2024

PORTARIA N.º 2.995/2024

SÚMULA: Exonerar a pedido o servidor EDUARDO MAGRI DALLASTRA do Cargo Efetivo de Psicólogo

O Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º EXONERAR a pedido, a partir de 07 de junho de 2024, o servidor público municipal, Sr. EDUARDO MAGRI DALLASTRA, matrícula funcional nº 624-1, Portador do CPF sob nº. 108.***. ***-05, ocupante do Cargo Efetivo de Psicólogo, nível 05-A, referência A01, pertencente ao Quadro de Cargos Efetivo deste Executivo Municipal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná em 07 de junho de 2024.

Publique-se

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vânia Maria Barbieri
Código Identificador:E64BA3A4

MUNICIPIO DE PIEN - PR

CNPJ: 76002666000140 IE: ISENTO
Endereço: RUA AMAZONAS, 373 - PREDIO PREFEITURA CEP: 83860000 Cidade: Piên
Fone: 41 36321136 Fax: (41)3632-1148

64

NOTA DE EMPENHO

Número	Tipo	Emitido em	Requisição Nº	Req. Compra Nº
5151/2024	Ordinário	18/06/2024	3359	72410

Licitação

Tipo	Número
Processo inexigibilidade	65/2024 de 14/06/2024

Contrato/Aditivo

Sequência	Contrato	Aditivo	Início da vigência	Fim da vigência	Fim da vig. atualizada	Início da execução	Fim da execução	Fim da exe. atualizada
4283	67/2024 - SIM-AM: 672024		18/06/2024	17/07/2024		18/06/2024	17/07/2024	

Credor

Fornecedor	Matrícula	CPF/CNPJ
FEDERACAO PARANAENSE DE MOTOCICLISMO	351-4	76.659.572/0001-49

Endereço	Bairro
RUA ANTONIO SIMM, 824	

Cidade/UF	CEP	Fone	Tipo de conta bancária	Banco	Agência	Conta
Curitiba/PR	82800-290	(41) 3267-5330	Conta Corrente	001	3511-4	2216-0

Classificação da despesa

09 SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E LAZER
09.002 ÁREA DE ESPORTE/ÁREA DE LAZER
27.812.0011.2025 MANUTENÇÃO DO ESPORTE E LAZER
3.3.90.39.05.00 SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS
2880 00000 Recursos Ordinários (Livres)
Do Exercício

Saldo anterior	Valor empenhado	Saldo atual
R$ 133.662,20	**R$ 47.000,00**	R$ 86.662,20

Outras informações

Histórico

Código	Nome	Marca	UM	Quantidade	Valor	Valor total
27373	SERVIÇOS DE SECRETARIA DE PROVA, CRONOMETRAGEM, DIREÇÃO DE PROVA E COMISSÁRIOS PARA ETAPA DO CAMPEONATO PARANAENSE DE VELOCROSS 2024.		SERV	1,0000	47.000,000	47.000,00

Certidão	Número	Validade
CERTIDÃO DÉBITOS TRABALHISTAS	42468005/2024	14/12/2024
CERTIDÃO FGTS	2024061706560515660300	17/07/2024
CERTIDÃO UNIFICADA - RFB/PGFN	B409.BDF8.CEE2.7F79	14/12/2024

REALIZAÇÃO NOS DIAS 28/ 29 E 30 DE JUNHO DE 2024.
FISCAL: ALEXANDRA LAURINDO
Forma de pagamento: EM ATE 30 DIAS
ocal de entrega: PARQUE DE EVENTOS MUNICIPAL EDUARDO RUDNICK, NO BAIRRO DE AVENCAL - PIÊN - PR.

ADRIANA DE FATIMA FRAGOSO BUENO FRANCO